

**FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E EXTENSÃO (FAPEX)**

**ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE *CAMPI* DA  
UNIVASF NA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO**

O presente documento foi elaborado por um Grupo de Trabalho designado pela FAPEX, composto pelos professores da Universidade Federal da Bahia:

*Márcia Pontes* – Faculdade de Educação – Coordenadora;

*Clímaco Dias* – Instituto de Geociências;

*Eni Bastos* – Faculdade de Educação;

*Maerbal Marinho* – Escola Politécnica;

*Oswaldo Barreto* – Escola de Administração.

Salvador  
Fevereiro/2007

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto <i>per capita</i> na Sub-Região de Bom Jesus da Lapa nos anos de 2001 e 2002.....	27
Tabela 2	Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto <i>per capita</i> na Sub-Região de Bom Jesus da Lapa nos anos de 2003 e 2004.....	28
Tabela 3	Comparação da Produção Agrícola no Perímetro Irrigado Formoso (A) entre os anos 2003 e 2004.....	30
Tabela 4	Comparação da Produção Agrícola no Perímetro Irrigado Formoso (H) entre os anos 2003 e 2004.....	31
Tabela 5	Permanência Média do Turismo Religioso em Bom Jesus da Lapa no ano de 2004.....	32
Tabela 6	Gasto Médio Diário Individual (GMDI) do Turista Religioso em Bom Jesus da Lapa no ano de 2004.....	33
Tabela 7	Número de estabelecimentos por grupos de área total na Sub-Região de Bom Jesus da Lapa.....	34
Tabela 8	Área dos estabelecimentos por grupos de área total na Sub-Região de Bom Jesus da Lapa.....	34
Tabela 9	População dos Municípios da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa nos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.....	35
Tabela 10	População dos Municípios da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa nos Censos Demográficos de 1996 e 2000.....	37
Tabela 11	Pessoas de 10 ao mais de idade por classe de rendimento nominal.....	39
Tabela 12	Grau de Instrução da População da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa.....	39
Tabela 13	Egressos do Ensino Médio na Sub-Região de Bom Jesus da Lapa de instituições estaduais, municipais e particulares.....	40
Tabela 14	Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto <i>per Capita</i> na Sub-Região de Guanambi nos anos de 2001 e 2002.....	41
Tabela 15	Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto <i>per Capita</i> na Sub-Região de Guanambi nos anos de 2003 e 2004.....	42
Tabela 16	Número de estabelecimentos por grupos de área total na Sub-região de Guanambi.....	43
Tabela 17	Área dos estabelecimentos por grupos de área total na Sub-Região de Guanambi.....	44
Tabela 18	População dos Municípios da Sub-Região de Guanambi nos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.....	45
Tabela 19	População dos Municípios da Sub-Região de Guanambi nos Censos Demográficos de 1996 e 2000.....	47
Tabela 20	Grau de Instrução da População da Sub-Região de Guanambi.....	49
Tabela 21	Egressos do Ensino Médio na Sub-Região de Guanambi de instituições estaduais, municipais e particulares.....	50
Tabela 22	Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto <i>per Capita</i> na Sub-Região de Santa Maria da Vitória nos anos de 2001 e 2002.....	51
Tabela 23	Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto <i>per Capita</i> na Sub-Região de Santa Maria da Vitória nos anos de 2003 e 2004.....	52
Tabela 24	Número de estabelecimentos por grupos de área total na Sub-Região	

	de Santa Maria da Vitória.....	54
Tabela 25	Área dos estabelecimentos por grupos de área total na Sub-Região de Santa Maria da Vitória.....	54
Tabela 26	População dos Municípios da sub-região de Santa Maria da Vitória nos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.....	56
Tabela 27	População dos Municípios da sub-região de Santa Maria da Vitória nos Censos Demográficos de 1996 e 2000.....	58
Tabela 28	Grau de Instrução da População da Sub-Região de Santa Maria da Vitória.....	60
Tabela 29	Egressos do Ensino Médio na sub-região de Santa Maria da Vitória de instituições estaduais, municipais e particulares.....	61
Tabela 30	População das três sub-regiões com 11 ou mais anos de Escolaridade e concluintes do ensino médio.....	67
Tabela 31	Matrícula no ensino superior na Região do Médio São Francisco Baiano em 2006.....	68
Tabela 32	Á Área e Densidade Demográfica da unidade territorial.....	70

## SUMÁRIO

1	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	6
2	<b>PANORAMA CONTEMPORÂNEO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .....</b>	9
3	<b>A UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) E SUA VOCAÇÃO <i>MULTICAMPI</i> .....</b>	13
3.1	PROCESSO SELETIVO .....	15
3.2	PÓS-GRADUAÇÃO .....	15
3.3	ATIVIDADES DE EXTENSÃO .....	15
3.4	ATIVIDADES DE PESQUISA .....	16
4	<b>A MOBILIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR EDUCAÇÃO SUPERIOR .....</b>	17
4.1	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	17
5	<b>A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO BAIANO .....</b>	19
5.1	A SUB-REGIÃO DE BOM JESUS DA LAPA .....	26
5.1.1	<b>Dinâmicas econômicas da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa .....</b>	26
5.1.2	<b>Dinâmicas populacionais e condicionantes sociais da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa .....</b>	35
5.1.3	<b>Educação .....</b>	39
5.2	A SUB-REGIÃO DE GUANAMBI .....	40
5.2.1	<b>Dinâmicas econômicas da Sub-Região de Guanambi .....</b>	41
5.2.2	<b>Dinâmicas populacionais e condicionantes sociais da Sub-Região de Guanambi .....</b>	44
5.2.3	<b>Educação .....</b>	49
5.3	A SUB-REGIÃO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA .....	50
5.3.1	<b>Dinâmicas econômicas da Sub-Região de Santa Maria da Vitória .....</b>	50
5.3.2	<b>Dinâmicas populacionais e condicionantes sociais da Sub-Região de Santa Maria da Vitória .....</b>	54
5.3.3	<b>Educação .....</b>	60
6	<b>VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE <i>CAMPI</i> DA UNIVASF NOS TRÊS MUNICÍPIOS ESTUDADOS .....</b>	62
6.1	INTRODUÇÃO .....	62
6.2	LOCALIZAÇÃO DOS <i>CAMPI</i> .....	66
6.3	CLIENTELA POTENCIAL .....	67
6.4	DEFINIÇÃO DOS CURSOS .....	71
6.5	INSTALAÇÕES FÍSICAS .....	72
6.6	ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E DE GESTÃO .....	72
6.7	ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS .....	72
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	74
	ANEXO A – Recorte dos Municípios .....	77
	ANEXO B – Esboço Geológico .....	78
	ANEXO C – Esboço Geomorfológico .....	79
	ANEXO D – Esboço Pedológico .....	80
	ANEXO E – Esboço da Vegetação .....	81
	ANEXO F – Imagem LANDSAT .....	82

ANEXO G – Síntese dos Condicionantes .....	83
ANEXO H – Síntese Final .....	89

## 1 APRESENTAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), empresa estatal vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que tem por missão promover o desenvolvimento e a revitalização das regiões situadas nas bacias dos dois rios, solicitou à Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX), elaboração de um estudo de viabilidade da implantação de novos **campi** da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) na Região do Médio São Francisco Baiano. Indicou os municípios de Bom Jesus da Lapa, Guanambi e Santa Maria da Vitória como possíveis locais de instalação. O estudo solicitado se insere entre as ações desenvolvidas pela Companhia no sentido de promover o desenvolvimento sustentável no âmbito das regiões sob a sua jurisdição.

O conceito de desenvolvimento econômico sustentável é a alternativa contemporânea ao modelo tradicional de crescimento econômico praticado a partir da revolução industrial e que, após dois séculos de implementação, dá claros sinais de esgotamento e inviabilidade, não

sendo mais defendido por nenhuma nação civilizada do planeta, embora ainda largamente praticado. Esse modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, expressos, sobretudo, nos contrastes entre riqueza, fartura e sofisticação tecnológica convivendo, lado a lado, com miséria, exclusão social, ignorância e degradação ambiental. Diante de tais constatações, surgiu, há cerca de três décadas, a idéia do Desenvolvimento Sustentável, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a redução da pobreza no mundo.

O Desenvolvimento Sustentável tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas<sup>1</sup>:

- a) a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc);
- b) a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- c) a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de cada um fazer a parte que lhe cabe);
- d) a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc);
  
- e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas);
- f) a efetivação dos programas educativos.

A Educação é, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, uma premissa, um componente essencial e fundante do conceito de Desenvolvimento Sustentável, como agente na promoção desse desenvolvimento e de garantia da sua continuidade. Neste cenário, o grande desafio da educação é mediar um novo projeto de sociedade, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam criticamente revistos. Isso implica levar os educandos a uma compreensão de que sua realidade imediata sofre os reflexos da realidade social, ao mesmo tempo em que as ações individuais vão se somar às ações de outros homens e compor o tecido social. Essa relação dialética entre o individual e o coletivo vai dar movimento à realidade, concretizando um mundo mais justo e sustentável para todos os seres humanos.

---

<sup>1</sup> Agenda 21 - Relatório "Nosso Futuro Comum", Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, junho/ 1992.

A iniciativa da CODEVASF de propor a implantação de novos **campi** da UNIVASF na Região do Médio São Francisco representa uma tentativa de associar fatores conjunturais que podem convergir para o desenvolvimento da referida Região. Esses fatores são:

- a) a recente política do Ministério da Educação de expansão de vagas na rede federal de educação superior; a recente implantação de uma Universidade Federal com vocação **multicampi**, sediada em duas cidades localizadas às margens do Rio São Francisco;
- b) a perspectiva de implantação de grandes projetos econômicos e de irrigação naquela Região, destacando-se entre eles o Projeto de Revitalização do Rio São Francisco que já tem assegurado os recursos governamentais para a sua implementação e terá grande impacto sobre o desenvolvimento econômico e social de toda a Região.

Acrescente-se a esse cenário o recém-lançado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, embora não inclua medidas específicas para a área social, prevê um futuro “pacote de cidadania”, no qual a educação terá um papel central e a ampliação do acesso da população de baixa renda ao ensino superior estará incluído entre as suas metas.

O presente estudo oferecerá à CODEVASF, empresa solicitante, e às instâncias superiores de deliberação do Ministério da Educação, os elementos de análise necessários ao julgamento da pertinência da implantação de um ou mais **campi** na Região do Médio São Francisco, evitando, entretanto, fazer indicações conclusivas relacionadas à escolha dos municípios.

## **2 PANORAMA CONTEMPORÂNEO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Comparado com as nações desenvolvidas, ou em desenvolvimento, o Brasil está entre as que apresentam as taxas mais baixas de escolarização superior. Essa taxa, representada pelo percentual de jovens de 18 a 24 matriculados em Instituições de Ensino Superior, era inferior a 10%, até 2004. Em 2006 alcançou 11%, em decorrência de algumas recentes políticas governamentais. Um outro índice expressivo da defasagem brasileira nessa área dos estudos superiores é que apenas 6,9 % da sua população acima de 25 anos possui esse nível de escolaridade, segundo dados do IBGE, de 2005.

O Plano Nacional de Educação (PNE), na sua meta número 1 para a Educação Superior preconiza que, até 2010, o atendimento à população na faixa etária de 18 a 24 anos deverá alcançar o índice de 30%. Para uma adequada compreensão das políticas de atendimento à demanda por educação superior no Brasil faz-se necessária uma análise da participação do público e do privado nesse movimento, que passou por profundas transformações nas três últimas décadas.

No Brasil, o sistema de ensino superior, que foi predominantemente público até a década de 1970, teve seu perfil radicalmente modificado, a partir desse período, com a predominância progressiva das matrículas no setor privado. Na década de 1970, paralelamente a um crescimento limitado do setor público, ocorreu um primeiro ciclo de expansão no âmbito do ensino privado. Tal crescimento introduziu uma diferenciação e hierarquização entre os estabelecimentos. Às antigas universidades privadas, de natureza confessional ou não-lucrativa, somaram-se, em maior número, as instituições isoladas, criadas pela iniciativa empresarial. Passam a predominar pequenas instituições isoladas, dedicadas exclusivamente ao ensino, para atendimento de uma forte demanda social, cujos padrões de qualidade eram bastante heterogêneos. Apesar da desaceleração do crescimento econômico, na década de 1980, passou a ocorrer nesse período um movimento de transformação de instituições isoladas em universidades, até então prerrogativa limitada às instituições públicas e a algumas de natureza confessional.

A partir dos anos 1990, o ensino superior público sofreu um processo de deterioração acentuada. O prolongado ajuste fiscal, que se iniciou na década anterior, teve como consequência imediata a diminuição dos investimentos públicos em educação, em todos os níveis. Os sucessivos cortes orçamentários atingiram em cheio o sistema universitário federal, impedindo sua expansão e provocando o sucateamento das universidades existentes. Segundo dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, no período de 1995-2001, as 54 instituições federais de ensino superior públicas perderam 24% dos recursos para custeio (pessoal, água, luz telefone e materiais diversos) e 77% de recursos para investimento em salas de aula, laboratórios, computadores e acervo bibliográfico, apesar do número de alunos ter aumentado.

Nessa mesma década, o ensino superior privado voltou a crescer intensamente. A rápida expansão do ensino médio, aumentando a pressão para o acesso ao ensino superior, deu origem a um processo de crescimento desordenado da rede privada. Segundo o Censo do Ensino Superior, em 2000, havia 1.180 instituições de ensino superior. De cada dez instituições, oito eram privadas e duas públicas, estas últimas divididas entre federais, estaduais e municipais. Essa expansão do ensino privado criou possibilidades de acesso ao ensino superior para uma grande parcela da população em todo o País. O aspecto problemático é que ela se deu em detrimento da qualidade, com a criação de inúmeras escolas sem corpo docente qualificado e sem a infra-estrutura mínima necessária ao seu funcionamento.

Mais uma vez, nos anos noventa, passa a ocorrer, dentro do movimento geral de expansão das instituições privadas, a transformação de instituições isoladas privadas em universidades ou centros universitários. Esses fenômenos ocorreram, primeiramente e de forma mais intensa, no Estado de São Paulo e depois nas demais regiões do país. A mesma tendência de crescimento do setor privado passa a ocorrer nas demais regiões, embora com intensidades e patamares diferentes. Na Região Sudeste, excluindo-se o Estado de São Paulo, o setor privado passa de 64% em relação ao total da matrícula, em 1995, para 76% em 2002; na região Sul de 51% para 74%; nas regiões Nordeste e Norte de 32% e 28% para 42% e 40% respectivamente. No Estado de São Paulo a variação no mesmo período foi de apenas 80% para 84% devido à saturação do mercado.

O aumento da oferta de vagas pela iniciativa privada não foi, entretanto, acompanhado por proporcional aumento da demanda. A relação candidato/vaga, no setor particular, cai de 2,9 em 1995 para 1,6 em 2002. O percentual de vagas não preenchidas nessas instituições, que era de 20% no início dos anos 1990, salta para 40%, em 2004. Paralelamente, assistimos ao crescimento da inadimplência e da evasão.

A estrutura altamente desigual da sociedade brasileira, resultante da intensa concentração de riqueza e renda, constitui um limite natural à expansão do setor do ensino superior por meio da iniciativa privada. Quando observamos a população de 18 a 24 anos que cursa ensino superior, segundo as faixas de renda (renda familiar **per capita** em salários mínimos), podemos observar que as proporções de alunos aumentam conforme crescem as faixas de renda. Nas faixas acima de três salários mínimos a proporção de estudantes é superior a 30%, percentual estabelecido pelo PNE como meta a ser atingida para a população como um todo e comparável ao de países europeus.

No total da população o País está longe de atingir essa meta porque o aumento da participação no ensino superior esbarra no limite de renda da população brasileira, posto que 86% da população brasileira auferem menos de três salários mínimos de renda familiar. Esses indicadores sugerem uma importante restrição à expansão do setor via iniciativa privada. Os dados da PNAD/IBGE<sup>2</sup> e do ENC/ENADE<sup>3</sup> demonstram que, no ensino superior, o percentual de estudantes de camadas mais pobres é maior no ensino superior público do que no ensino superior privado. Dificilmente será possível democratizar a oferta, aumentando a participação dos jovens incluídos nas faixas de renda mais baixas na ausência da expansão do ensino

---

<sup>2</sup> Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>3</sup> Exame Nacional de Cursos / Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

público e gratuito e de uma vigorosa retomada do crescimento econômico, do emprego e da renda.

Um outro aspecto, de natureza mais qualitativa, é que a maioria das instituições privadas se dedica apenas ao ensino, sem apoiá-lo na produção do conhecimento e nas atividades de extensão. Assim, as universidades públicas brasileiras tornaram-se as principais responsáveis pela qualificação docente, em níveis de mestrado e doutorado, assim como por mais de 90% da pesquisa básica e aplicada desenvolvida no país.

Outro fator importante de diferenciação entre o ensino superior público e o privado é o conjunto das áreas de conhecimento nas quais os cursos são oferecidos. As instituições privadas oferecem principalmente cursos nas áreas de ciências humanas, provavelmente devido ao baixo custo das instalações. Desta forma, devido à preponderância quantitativa do setor privado, mais de 50% dos egressos do ensino superior no Brasil se concentram nos cursos de Direito, Administração e Pedagogia. A área de Saúde apresenta um percentual de concluintes bem inferior, em torno de 13%, enquanto as Ciências Naturais, a Matemática, a Computação e as Engenharias vêm em 3º lugar, apresentando percentuais inferiores a 10% dos concluintes.

A comparação com países mais desenvolvidos mostra que a proporção de concluintes, segundo as áreas de estudo, é bem diversa do Brasil. Na Coreia, por exemplo, as áreas de Ciências e Engenharia atingem 40% dos concluintes. Nos EUA graduam-se anualmente 0,22 engenheiros por mil habitantes, o Brasil gradua 0,08 engenheiros por mil habitantes. A França e a Inglaterra formam 0,33 engenheiros por mil habitantes e, finalmente a Coreia 0,8 engenheiros por mil habitantes.

Os dados apresentados mostram que o ensino superior brasileiro, apesar do intenso crescimento ocorrido, está atendendo a um percentual reduzido da população e de forma muito concentrada em poucas áreas. No Brasil o sistema de ensino superior é composto por uma complexa combinação de segmentos públicos e privados, cada um com características próprias e heterogeneidade interna. A compreensão da natureza e da dinâmica dessas instituições exige não perder de vista a dimensão histórica e regional de cada um dos segmentos, para melhor compreender a sua realidade e o seu potencial.

Se permanecerem as atuais tendências, o Brasil não vai conseguir aumentar substancialmente a abrangência e a equidade do acesso ao ensino superior. O crescimento via setor privado, que atingiu, em 2006, 74% das matrículas (em 1.934 instituições), encontra importantes restrições em sociedades extremamente desiguais como a nossa. A expansão do ensino superior brasileiro requer uma estratégia fundada no crescimento do setor público, com

ensino gratuito e de qualidade. Isto não implica, necessariamente, que o aumento da oferta pública precise ser, toda ela, nos moldes de universidades de ensino e pesquisa. A concepção mais atual inclui alternativas de educação pós-secundária. Nesse sentido, as redes estadual e federal de faculdades de tecnologia são exemplos de tendências muito promissoras. Países mais ricos do que o Brasil têm um sistema de ensino superior composto por uma grande variedade de modelos acadêmicos para suas instituições.

Reconhecendo o papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social, o governo federal adotou, nos últimos anos, uma série de medidas com o objetivo de retomar o crescimento do ensino superior público. Assim, a partir de 2004, foram criadas dez universidades federais (duas a partir de zero, duas via desmembramento de universidades existentes e seis a partir de escolas e faculdades especializadas) e 48 **campi** universitários em diversas regiões do País.

A implementação do ProUni, financiado por meio de renúncia fiscal, que possibilita a estudantes muito carentes cursarem a graduação em instituições privadas (108 mil bolsas em 2007), também ampliou significativamente o número de vagas na educação superior, interiorizando a educação pública e gratuita e combatendo as desigualdades regionais.

Aumentar o número de matrículas no ensino superior público é, portanto, questão emergencial e essencial para o desenvolvimento nacional. A estratégia adotada nas últimas décadas, baseada no aumento de vagas em escolas privadas, muitas delas com fins lucrativos, tem se mostrado academicamente questionável.

### **3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) E SUA VOCAÇÃO MULTICAMPI**

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), instituição federal de natureza fundacional, foi criada pela Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, e deu início às suas atividades em março de 2005, funcionando em instalações provisórias. A Reitoria da UNIVASF localiza-se em Petrolina, município na margem pernambucana do Rio São Francisco, do lado oposto ao Município de Juazeiro, onde também funciona um **campus**. Em São Raimundo Nonato, no Piauí, funciona o seu terceiro **campus** universitário.

Criada a partir de uma política do MEC de interiorização da educação superior federal e na perspectiva de crescimento regional, a UNIVASF é uma instituição que trabalha fortemente com a sua identidade de abordagem do Vale do São Francisco e do semi-árido Nordeste e dar cobertura de atendimento educacional a diversos municípios dessa extensa região. Os motivos que levaram à criação de uma universidade pública naquela região são,

dentre outros, reduzir da escassez de mão-de-obra qualificada e atender às demandas por ciência e tecnologia, exigências do desenvolvimento regional. A UNIVASF também desenvolve um programa de extensão que contemplará a transferência de tecnologias, o apoio científico e o trabalho integrado com outras instituições da região.

O **campus** de **Petrolina** está integrado pelo Campus Sede e pelo Campus de Ciências Agrárias/Fazenda Experimental.

O **campus** sede ocupou provisoriamente as instalações do CEFET e a partir de fevereiro de 2007 passará a funcionar definitivamente no centro da cidade de Petrolina, próximo ao Centro de Convenções, à Biblioteca Municipal, ao Shopping Center, ao Hospital de Traumas e ao Parque Municipal Josepha Coelho.

O **campus** sede, com 12 hectares abrigará a Reitoria, Pró-Reitorias e demais estruturas administrativas bem como os cursos da área de saúde e de ciências humanas e sociais. São eles: Medicina, Enfermagem, Psicologia e Administração.

<b>Campus Petrolina/Sede</b>	
<b>Cursos</b>	<b>Vagas Ofertadas/Ano</b>
Administração	100
Enfermagem	80
Medicina	80
Psicologia	100
<b>Total de Vagas</b>	<b>360</b>

O **campus** de Ciências Agrárias / Fazenda Experimental, com 350 hectares já consolidado, está localizado em área rural situado a 15 km da cidade de Petrolina, junto ao Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, localidade denominada “Agrovila C-1”. Abriga os cursos de Zootecnia e de Medicina Veterinária.

<b>Campus Petrolina/Ciências Agrárias</b>	
<b>Cursos</b>	<b>Vagas Ofertadas/ano</b>
Medicina Veterinária	100
Zootecnia	50
<b>Total de Vagas</b>	<b>150</b>

O **campus** de **Juazeiro**, provisoriamente instalado na FACJU, em local provisório cedido pela Prefeitura do Município, próximo ao Distrito de Rodeadouro, Estado da Bahia e estará sediado definitivamente, a partir do segundo semestre de 2007, em área de localização privilegiada conhecida como CICANORTE, com 18 hectares adquirida com recursos do Ministério da Educação.

O **campus** abriga os cursos da área de Engenharia, atualmente. São eles: Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção e o primeiro curso de mestrado em Ciência dos Materiais, já aprovado pela CAPES.

<b>Campus Juazeiro</b>	
<b>Cursos</b>	<b>Vagas ofertadas/ano</b>
Engenharia Agrícola e Ambiental	80
Engenharia Civil	50
Engenharia de Computação	50
Engenharia de Produção	50
Engenharia Elétrica	50
Engenharia Mecânica	50
<b>Total de Vagas</b>	<b>330</b>

O campus de **São Raimundo Nonato**, no Estado do Piauí, está localizado em uma área de 19 hectares, junto à Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), doada pela Prefeitura do Município, onde se encontra sediado o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial.

<b>Campus de São Raimundo Nonato</b>	
<b>Cursos</b>	<b>Vagas Ofertadas/Ano</b>
Arqueologia e preservação patrimonial	50
<b>Total de Vagas</b>	<b>50</b>

### 3.1 PROCESSO SELETIVO

O primeiro vestibular da UNIVASF foi realizado em outubro de 2004 pela equipe da Universidade Federal do Espírito Santo, com 12 mil inscritos para 540 vagas. O último vestibular foi realizado em 2006 em parceria com as duas Universidades Federais do Estado de Pernambuco (UFPE e UFRPE), com demanda de cerca de 6 mil candidatos para 890 vagas em 13 cursos.

### 3.2 PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-graduação (stricto sensu): Em março terá início o primeiro curso de mestrado na área de Ciência dos Materiais, no **campus** de Juazeiro, já aprovado pela CAPES.

Pós-graduação (lato sensu): Especialização Multiprofissional em Saúde da Família – Modalidade Residência, no **campus** sede de Petrolina, com início previsto para 2007.

<b>Pessoal Docente por regime de trabalho e qualificação</b>				
<b>Titulação</b>	<b>Quantitativo por regime</b>			
	20h	40h	DE	Total
Graduação	7	1	14	22
Especialização	8	6	12	26
Mestrado	3	0	69	72
Doutorado	0	0	44	44
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>139</b>	<b>164</b>

### 3.3 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Vários projetos em andamento com destaque para o Programa Conexão de Saberes do MEC com vários projetos em andamento (pré-vestibular, meio ambiente, educação de jovens e adultos).

- a) Centro de Referência em Recuperação da Caatinga;
- b) Projeto de Reorganização da Saúde no Vale do São Francisco;
- c) Núcleo de Violência contra a Mulher;
- d) 20 Bolsas de Extensão remuneradas;
- e) várias parcerias com Prefeitura de Petrolina, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, Governo Federal, Finep, Codevasf, Ministério do Meio Ambiente.

### 3.4 ATIVIDADES DE PESQUISA

Vários projetos em andamento em parceria do CNPq, FINEP, BNB - Banco do Nordeste do Brasil; 65 bolsistas PIBIC.

#### 4 A MOBILIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Poder Público e a sociedade civil organizada de Bom Jesus da Lapa, Guanambi e Santa Maria da Vitória, têm promovido, nos últimos anos, uma intensa mobilização no sentido de reivindicar a instalação de um **campus** universitário federal nos seus municípios. Essa mobilização envolve as regiões circunvizinhas totalizando 32 municípios e uma população de 715.868 habitantes (Censo de 2000). Embora Guanambi e Bom Jesus da Lapa já possuam um **campus** da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mostram-se tão empenhados quanto Santa Maria da Vitória, que só possui instituições privadas, em sediar um **campus** federal. Essas iniciativas de mobilização, sob a forma de audiências públicas, cartas abertas, contatos com parlamentares, passeatas, publicação de manifestos, notas nos meios de comunicação, têm apresentado algumas alternativas de vínculo institucional:

- a) os **campi** reivindicados pertencerem à Universidade Federal da Bahia;
- b) os **campi** reivindicados pertencerem à Universidade Federal do Vale do São Francisco;

- c) criação de uma nova universidade federal no Vale do Rio Corrente;
- d) transformação do **campus** da UFBA em Barreiras em universidade autônoma, com instalação de novos **campi** naqueles municípios.

A partir de uma lógica institucional de localização geográfica, de missão, de organização **multicampi** e de custos de implantação, a alternativa de pertencimento à Universidade Federal do Vale do São Francisco é inquestionavelmente mais adequada.

#### 4.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Depois da instituição do Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do presente Estudo de Viabilidade foram realizadas audiências públicas com a presença de dois membros do referido GT:

No dia 25 de outubro de 2006 uma integrante do GT compareceu a audiências públicas nos três municípios, fazendo uma apresentação sobre a constituição do GT e sobre o desenvolvimento do trabalho, na sua fase inicial, prestando esclarecimentos sobre o estudo que seria realizado e respondendo a muitas questões da platéia. No período da manhã, em Guanambi, a professora dialogou com um público diversificado de cerca de 800 pessoas; à tarde, em Bom Jesus da Lapa, com aproximadamente 1.000 pessoas e, à noite, em Santa Maria da Vitória, registrou-se um comparecimento em torno de 2.000 pessoas. Estiveram presentes nessas audiências, além de autoridades locais, o Vice-Reitor da UNIVASF Prof. Dr. Paulo Cezar da Silva Lima e o Diretor de Revitalização de Bacias Hidrográficas da CODEVASF, Dr. Jonas Paulo.

Em viagem realizada entre os dias 8 e 10 de janeiro, outro integrante do GT, reuniu-se na manhã do dia 8, na sede da CODEVASF, com dirigentes e técnicos daquela Superintendência, técnicos da EBDA e um representante da UNEB. Nesta reunião organizou-se a discussão a partir das informações apresentadas pelo professor, sendo validadas ou questionadas algumas informações ou análises, principalmente, a partir de informações mais atuais coletadas nestas reuniões. Esta metodologia também foi aplicada nas reuniões de Santa Maria da Vitória (tarde do dia 09) e Guanambi (manhã/tarde do dia 10).

É importante salientar, que na reunião de Guanambi, além da presença do Vice-Prefeito e de vereadores houve uma contestação quanto à regionalização até então trabalhada e, depois de várias tentativas de unificação sem se obter sucesso esperou-se uma definição posterior por parte da comunidade que, duas semanas mais tarde, referendou a mesma regionalização que vinha sendo trabalhada. Nesta mesma reunião de Guanambi, foram

discutidas as informações referentes ao saneamento básico, atualizando-se os dados sobre esse serviço básico na área urbana do município, sobretudo pelos expressivos investimentos realizados nos últimos dois anos.

## **5 A REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO BAIANO**

Aspectos Econômicos:

A Região do Médio São Francisco Baiano, embora tenha muitas homogeneidades naturais, é marcada por acentuadas fragmentações na sua ocupação, decorrentes de processos históricos muito diferentes, que resultaram em desenhos regionais diversificados e dinâmicos ao longo da história. Até a primeira metade do século XX, o rio era a grande via de articulação regional, cumprindo um papel de articulador de fluxos, não só intra-regionais, sendo também um canal de comunicação entre os estados de Minas, Bahia, Sergipe e Alagoas.

O acelerado processo de urbanização e industrialização verificado no Brasil após a segunda metade do século XX levou o Estado brasileiro a adotar uma política energética que, para a região Nordeste do Brasil, teve no Rio São Francisco o seu ponto basilar. Foram construídas hidrelétricas que, embora tenham atuado como reguladoras da vazão do rio, reduzindo os impactos extremos de cheias e secas, criaram obstáculos à navegação, desorganizaram e fragmentaram todo o espaço da bacia. Os impactos alteraram

profundamente a estrutura fundiária, o sistema pesqueiro, a rede urbana, desarticulando completamente uma rede regional que, se já era frágil antes desses eventos, teve seus fluxos regionais cada vez mais atomizados depois deles.

A usina de Paulo Afonso, que iniciou sua operação em 1954 e que ao longo das últimas décadas teve a sua capacidade ampliada por diversas vezes; a de Três Marias, em 1962; Sobradinho, em 1979; Itaparica, em 1988 e Xingó, em 1994 representam a solução energética para o Nordeste. No entanto, as populações da Bacia não foram aquinhoadas na mesma medida do segmento industrial ou mesmo de amplos segmentos da população urbana, pois ainda hoje é possível registrar em parcelas significativas dos habitantes da Bacia problemas de eletrificação domiciliar, abastecimento de água ou saneamento básico.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, inicia-se outro processo que, mais tarde, vai repercutir sobremaneira neste espaço: a ocupação do Oeste baiano. O processo de ocupação do Oeste da Bahia tem influência direta em todo Vale do São Francisco pelo fato de toda sua rede de afluentes no território baiano ser concentrada nesta porção regional e, como a ocupação foi acompanhada de um intenso desmatamento, uso abundante de água em sistemas de pivôs-centrais e utilização intensiva de defensivos agrícolas, essas dramáticas alterações ocorridas nas bacias de importantes afluentes agravaram os problemas do Rio São Francisco e, conseqüentemente, de toda a população que ali habita.

Lagoas que são berçários dos peixes foram assoreadas, matas ciliares foram devastadas por falta de planos de manejo e de fiscalização. Alterações também são observadas no leito e em todo ecossistema influenciado pelo rio, sendo assim mais um contributo à dispersão regional a qual aquele subespaço brasileiro está submetido há décadas. Estas profundas transformações ocorridas no Médio São Francisco e na região Oeste da Bahia, desde o início dos anos 1980, promoveram resultados bastante heterogêneos por serem resultantes de acentuadas diferenciações na composição orgânica do capital investido, na natureza dos segmentos econômicos que foram priorizados e, principalmente, na forma da relação sociedade/natureza que se estabeleceu neste vasto espaço do território baiano.

A ocupação que se processou ficou concentrada nos municípios do entorno de Barreiras, que apresentaram desde o início da década de 1980 um crescimento econômico continuado, aliado a um forte incremento populacional indutor de um novo desenho da rede urbana regional, atraindo inclusive continuados fluxos de migrantes oriundos das áreas que são objeto deste estudo.

O outro pólo dinâmico floresceu no eixo Petrolina/Juazeiro, tendo como principal segmento a fruticultura irrigada. Esta região chegou, em poucos anos, a alcançar o posto de

maior exportador de frutas do País, ainda que os benefícios deste grande crescimento econômico fossem distribuídos de forma muito desigual.

A década de 1990 encontra este grande espaço do território nordestino com uma dinâmica de crescimento baseada em um sistema “arquipélago”, tendo nas regiões de Petrolina/Juazeiro e de Barreiras as suas ilhas de dinamismo. Enquanto isso, todas as outras sub-regiões do Vale do São Francisco ou estavam tendo um crescimento inexpressivo ou estavam mergulhadas na estagnação e, para agravar ainda mais esta situação, nos últimos anos, segundo a quase totalidade dos estudos, as condições do Rio São Francisco se deterioraram sensivelmente, tirando-lhe a condição de fator potencializador do desenvolvimento regional que tinha sido sua no passado. Mesmo com êxitos alcançados em alguns projetos de irrigação, sobretudo em Bom Jesus da Lapa, essas ações não têm a dimensão suficiente para estabelecer um crescimento vigoroso e sustentado reclamado por toda região, principalmente depois de algumas décadas de quase paralisia.

O momento atual pode ser de inflexão na curva de crescimento econômico destas porções da bacia do Rio São Francisco que ficaram à margem do processo de investimentos produtivos nas décadas de 1980 e 1990. Esta perspectiva se abre a partir das proposições de revitalização do Rio São Francisco que podem fomentar o incremento dos perímetros irrigados, privilegiando a exploração familiar; implantação de unidades agroindustriais baseadas na nova estrutura produtiva; aumento e melhoria da malha rodoviária e hidroviária; desenvolvimento de um setor pesqueiro articulado nacionalmente; melhoria da infra-estrutura urbana; diversificação na oferta de serviços; e dinamização da articulação urbana regional.

Uma ação integradora regional enfrenta, além dos problemas de dinâmicas econômicas muito diferenciadas, a diversidade da área territorial dos municípios, fato que repercute tanto na integração regional como na articulação dentro do próprio município. Correntina, Carinhanha e Jaborandi registram espaços territoriais acima de dez mil quilômetros quadrados, enquanto Canápolis e Candiba não passam de quinhentos quilômetros quadrados, e, como consequência, a distribuição da população ocorre de forma bastante diferenciada, apresentando, por exemplo, 1,75 hab/km<sup>2</sup> em Cocos e mais de 56 habitantes por quilômetro quadrado em Guanambi.

A rarefação populacional não é um indicador absoluto de problemas, no entanto, no caso da região foco deste estudo, considerando que a infra-estrutura econômica e social é muito precária, este fator funciona como um limitante para uma maior abrangência no atendimento às carências da população.

#### Características Físico-Ambientais:

A diversidade de dimensões da realidade que compõem e moldam o ambiente de reprodução cotidiana das sociedades indica a necessidade de se caminhar na direção de abordagens interdisciplinares, afim de que os mecanismos de planejamento e gestão do território possam levar em conta a totalidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações envolvidos. Neste sentido, a **Dimensão Geoambiental** articula-se de maneira fundamental com uma abordagem integrada do planejamento e da gestão dos recursos terrestres associados às demandas dos assentamentos humanos.

O **quadro 1**, em anexo, retrata um conjunto de características existentes em cada município da área estudada e busca mostrar os principais condicionantes da dinâmica ambiental, e está dividido em 10 colunas e 33 linhas. É relevante explicar que algumas características contidas no quadro e sua estrutura:

A geologia apresenta os tipos litológicos mais comuns que ocorrem na área do município em questão, assim, por vezes apresenta-se um mosaico destes tipos.

A geomorfologia também não foge a esta regra, aparecendo diversas denominações para o mesmo município. Temos assim Depressão do São Francisco, Pediplano Sertanejo, Várzeas e Terraços Aluviais, Serras Setentrionais do Planalto do Espinhaço, Patamares do Chapadão, Chapadão Central e Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço. Estas representam denominações utilizadas para designar características dentro dos três principais domínios, que são:

- a) Chapadão ocidental do São Francisco;
- b) Depressões periféricas e interplanálticas;
- c) Serra Geral do Espinhaço.

Assim, em Ibotirama por exemplo, temos a seguinte tipologia geomorfológica Pediplano Sertanejo, Serras Setentrionais do Planalto do Espinhaço, Várzeas e Terraços Aluviais. Significa que o Pediplano Sertanejo é a maior formação, seguida de feições associadas às áreas serranas do Espinhaço e, por estar na calha do rio São Francisco, apresenta terraços e várzeas.

O mesmo fenômeno estará associado aos solos, que acompanham as variações geomorfológicas, bem como a vegetação, que terá, em face destas variações, um comportamento edafoclimático característico. Os demais elementos retratam as características dos tipos climáticos.

#### Condicionantes Pedobioclimáticos:

A análise dos elementos climatobotânicos proporciona um quadro de alguns fatores limitantes/condicionantes na ocupação dos espaços. Além das características gerais do clima, como distribuições térmica e pluviométrica, insolação, etc, o balanço hídrico constitui-se como elemento fundamental na análise da dinâmica ecológica dos ambientes. Embora os dados disponíveis não sejam suficientes, eles permitem uma avaliação preliminar desta dinâmica.

#### Fatores Climáticos:

As informações acerca da distribuição pluviométrica na região estudada mostram a evidente relação entre esta e as unidades geomorfológicas. A condicionante morfológica e a ação dos sistemas climáticos definem para a zona mais próxima, a calha do São Francisco, pluviosidades que vão dos 800 mm a 1.000 mm. Na medida em que há um afastamento da margem direita do São Francisco para leste, em direção a Serra do Espinhaço, as pluviosidades diminuem para patamares inferiores a 800 mm (Ibotirama, Palmas do Monte Alto, Guanambi, Pindai, Igaporã, entre outras). Já no sentido oeste, em direção aos Chapadões Ocidentais, a pluviosidade é crescente, ultrapassando as isoietas de 1.400mm (Cocos, Coribe, Correntina). Esta variação deve-se em boa medida a influencia da massa Equatorial continental que provem de chuva da região dos Chapadões e, à medida que se afastam dos Chapadões em direção a leste, as isoietas vão diminuindo.

#### Fatores Pedológicos:

Os tipos predominantes apresentam características singulares ligadas aos condicionantes morfoestruturais e climáticos da região. As zonas dos Chapadões, por terem arenitos em sua origem, geraram Latossolos e Neossolos quartzarênicos, além de algumas ocorrências bem circunscritas de Espodossolos, que sustentam na sua grande maioria, cerrados de diversas tipologias, e nas zonas de drenagem, veredas e matas galeria. Já nos Patamares dos Chapadões, as condições de transição e a presença de formações calcárias possibilitaram a formação de cambissolos, especialmente nos municípios de Santa Maria da Vitória, Santana e Coribe. Na zona central, que compreende faixa da Depressão Sanfranciscana e as margens do Rio São Francisco, ocorrem latossolos e neossolos flúvicos, estes últimos formados pela deposição fluvial. E, na medida em que se desloca para leste, as formações pedológicas diversificam-se mais, devido às variadas litologias de base, gerando compartimentos de planossolos (Guanambi e região), argissolos mais ao sul e neossolos litólicos, latossolos e cambissolos também, especialmente na região de Malhada e Iuiú.

### Vegetação:

A vegetação é em grande parte o resultado de uma interação e da flocimática muito importante. Embora o elevado grau de ocupação humana tenha alterado em grande parte ambientes de singularidade ecológica, é possível notar ainda vestígios das formações vegetais originais e suas interações, conforme sumarizado no **ANEXO G**.

Dos grandes domínios de vegetação, o cerrado e a caatinga são dominantes. Na zona oeste da área, temos vasta ocupação com agricultura irrigada, agricultura convencional e pastagens extensivas, especialmente nas bacias dos rios Carinhanha, Formoso, Arrojado e Corrente, deixando poucos vestígios da formação original (Cocos, Coribe, Jaborandi, Correntina, Santa Maria da Vitória, São Felix do Coribe, Canápolis). Já nas proximidades calha do rio São Francisco é possível encontrar formações de Floresta Estacional Decidual e Estacional Semidecidual com núcleos de caatinga. Esta área também apresenta elevada transformação, sendo em sua maioria convertida em pastagens extensivas e culturas diversas, estando ali influenciada por pluviometrias abaixo dos 1000 mm anuais. Já os núcleos de caatinga de Guanambi, Candiba, Pindaí, Palmas do Monte Alto, entre outras, são caracterizados como área de tensão ecológica, com contatos caatinga/cerrado/floresta, esta última mais predominante nos contatos com a zona do Espinhaço, por exemplo. Mas toda esta área encontra-se sob forte influência da atividade carvoeira, especialmente Riacho de Santana, Caetité e Guanambi.

As figuras do **ANEXO E** e **ANEXO F**, representam os diferentes graus de transformação da paisagem. O esboço da vegetação define as grandes zonas de antropização nas áreas pontilhadas. Já na imagem de satélite, observando-se as limitações da resolução, é possível identificar a intensidade das atividades antrópicas e de forma feral, na qual estão identificados os três grandes agrupamentos regionais:

- a) Chapadões e Patamares dos Chapadões;
- b) Depressão do São Francisco e Terraços;
- c) Patamares do Espinhaço e pediplano sertanejo, conforme agrupadas no **ANEXO G**.

No que tange aos aspectos hidrológicos da área estudada, podemos identificar um conjunto de sub-bacias sob influências variadas. Uma delas é a dos rios perenes que cortam os Chapadões Ocidentais e deságuam no rio São Francisco que compreendem as sub-bacias do rio Carinhanha e Corrente e outras menores ao longo da calha esquerda do São Francisco e na margem direita formada por sub-bacias com drenagens intermitentes, as sub-bacias do rio das

Rãs e Santo Onofre. As condições climáticas variando do semi-árido a sub-úmido seco e/ou úmido, mas principalmente o primeiro, caracteriza regimes com *stress* hídrico acentuado em algumas áreas, levando a necessidade de implantação de segurança hídrica para as populações vulneráveis dispersas e concentradas em pequenos núcleos e até algumas cidades.

Em face esta condição, o uso extensivo de áreas de caatinga, florestas estacionais e do cerrado, acaba agravando mais ainda o déficit hídrico na região, na medida em que eleva os coeficientes de escoamento superficial e evaporação, por exemplo. A supressão da vegetação pelas atividades agrosilvopastoris e da carvoaria, aumentam assustadoramente os processos de degradação dos solos, dificultando a regeneração ou recuperação destas áreas. A atividade carvoeira, amplamente utilizada para alimentar os pólos cerâmicos como o de Caetité e região e as metalúrgicas mineiras, é responsável por extensivos desmatamentos na região, embora esta atividade produza ganhos imediatos, representa também o empobrecimento gradativo e crônico para a região.

A diminuição da biodiversidade com a simplificação dos ecossistemas se faz sentir de maneira ampla, uma vez que também não há nenhuma unidade de conservação na região, fora o parque Grande Sertão Veredas em Cocos. Pontualmente, aparecem impactos das atividades mineradoras na região, mas, sem dúvida, é do tipo de atividade agrícola que se pratica largamente na região que provêem os maiores impactos observados na região, que vão do perigo de processos de arenização, principalmente nas zonas dos chapadões, até a formação de núcleos com diferentes graus de desertificação. Tais condições não são apenas provocadas pela dinâmica dos condicionantes ambientais, mas por problemas relacionados às dimensões político-econômicas reinantes.

A manutenção das condições hidroambientais dos chapadões são de extrema importância, não só para a região como para o próprio São Francisco. A dinâmica hidrológica do aquífero Urucuia é mantida graças a grande permeabilidade das formações superficiais e o papel essencial das veredas, ecossistema de inigualável riqueza e importância econômica. Tal condição tem sido afetada de maneira acentuada, devido ao tipo de uso do solo nesta região.

Ressalte-se a necessidade de mudanças nas diretrizes de uso e ocupação do solo da região, estas coordenadas, obviamente, com políticas sócio-econômicas mais amplas e duradouras. Caso o contrário, assistiremos ao declínio sócio-ambiental acentuado.

Muitos dos impactos recentemente produzidos implicarão em sinergias cada vez maiores e difíceis de serem revertidas em curto espaço de tempo. O rápido avanço sobre os cerrados, impactando diretamente a dinâmica hidrológica, tem efeitos maiores que em sua

área pontual. A agressividade da atividade carvoeira sobre as caatingas, cerrados e florestas estacionais decíduais e semidecíduais, produz miséria humana e pobreza ambiental.

Educação:

A Educação na Região sofre os reflexos da incipiente economia regional, da falta de uma melhor distribuição de terras, de uma renda mais distribuída e de uma distribuição da rede mais homogênea no espaço territorial.

Segundo dados publicados pelo IBGE, referentes ao ano de 2003, o percentual de pessoas sem instrução em relação ao total da população em 15,30% na sub-região de Bom Jesus da Lapa, 17,73% na sub-região de Santa Maria da Vitória e 16,10% na sub-região de Guanambi. Por outro lado, no que se refere à parcela da população que tem onze anos ou mais de estudo, os números se reduzem drasticamente, indo para 4,90%, 4,45% e 6,85%, respectivamente.

Merece destaque o fato de os piores números serem aqueles registrados em Santa Maria da Vitória, o que corrobora com as análises feita até então neste estudo, pois esta sub-região apresenta os maiores percentuais de população sem instrução e os menores na faixa da população que tem onze anos ou mais de estudo.

A sub-região de Guanambi, embora tenha um maior índice de população sem instrução do que a de Bom Jesus da Lapa apresenta um índice superior a esta no segmento da população com mais de onze anos de estudo, sendo este último fato resultante da melhor e mais qualificada estrutura de serviços, inclusive no setor educacional, existente no município de Guanambi.

As demais faixas de anos de estudos, conforme pode ser observado nos respectivos quadros não apresentam variações significativas que mereçam qualquer destaque, além da reafirmação da necessidade de melhoria da infra-estrutura, qualificação de pessoal e políticas de inclusão do grande contingente sem instrução, verificados nos dados trabalhados. Quando se observa o número de egressos do ensino médio tomando-se como referência o ano base de 2003, com informações fornecidas pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, verifica-se o reflexo de um sistema educacional com muitos problemas, principalmente quando se observa a relação entre os ingressos e egressos do sistema escolar.

## 5.1 A SUB-REGIÃO DE BOM JESUS DA LAPA

Esta sub-região, conforme enfatizado anteriormente, não acompanhou o crescimento econômico do Estado da Bahia nas últimas décadas e, mesmo nesta década, quando começa uma lenta reversão da situação de estagnação verificada nas décadas de 1980 e 1990, este espaço não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da Bahia e, das três sub-regiões aqui em tela, esta é a porção que apresenta o menor Produto Interno Bruto.

### 5.1.1 Dinâmicas econômicas da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa

A análise do Produto Interno Bruto da Região da Lapa no período de 2001 a 2004 permite visualizar um evidente descompasso em relação ao crescimento econômico do Estado, pois, se em 2002 a relação do PIB regional com o PIB estadual teve uma oscilação ascendente, em 2003 e 2004 esta relação assume novamente um comportamento declinante, demonstrando que a região não consegue crescer no mesmo ritmo da Bahia.

A participação **per capita** também não consegue acompanhar a evolução do PIB per capita estadual, ficando na maioria dos municípios abaixo da metade dos valores observados na média estadual.

Os municípios de Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho foram os que apresentaram maior crescimento relativo dos seus Produtos Internos Brutos, sendo o primeiro estimulado pelo desenvolvimento dos serviços e o segundo pelo crescimento do produto da agricultura obtido através da implantação de perímetros irrigados.

**Tabela 1**  
**Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per capita na Sub-Região de Bom Jesus da Lapa nos anos de 2001 e 2002.**

Unidades Territoriais	Produto Interno Bruto						
	2001			2002			
	A preços correntes (1.000 R\$)	Participação no PIB da Bahia (%)	Per capita (R\$)	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	Variação Real (%)	Participação no PIB da Bahia (%)	Per capita (R\$)
<b>BRASIL</b>	<b>1.198.736.188</b>	-	<b>6.896</b>	<b>1.221.884.373</b>	<b>1,93</b>	-	<b>7.631</b>
<b>BAHIA</b>	<b>52.249.320</b>	-	<b>3 936</b>	<b>56.375.048</b>	7,90	-	<b>4.631</b>
<b>Bom Jesus da Lapa</b>	102.353	0,20	1.849	131.137	28,12	0,23	2.581
Sítio do Mato	24.264	0,0	1.977	31.473	29,71	0,06	2.749
Serra do Ramalho	43.155	0,8	1.328	56.036	29,85	0,10	1.903

Riacho de Santana	7.692	0,01	1.815	7.353	- 4,40	0,01	1.900
Paratinga	34.598	0,07	1.224	41.050	18,65	0,07	1.578
Igaporã	21.054	0,04	1.438	22.844	8,50	0,04	1.712
Macaúbas	56.562	0,11	1.320	61.489	8,71	0,11	1.552
Ibotirama	38.854	0,07	1.599	39.605	1,93	0,07	1.788
Muquém do São Francisco	24.644	0,05	2.682	26.304	6,74	0,05	3.124
<b>SUBTOTAL</b>	<b>353.175</b>	<b>0,68</b>		<b>417.291</b>	<b>18,15</b>	<b>0,74</b>	

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE, 2004.

**Tabela 2**  
**Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto *per capita* na Sub-Região de Bom Jesus da Lapa nos anos de 2003 e 2004.**

Municípios Agrupados por Microrregiões	Produto Interno Bruto							
	2003				2004			
	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	Varição Real (%)	(%) Participação no PIB da Bahia	<i>Per capita</i> (R\$)	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	Varição Real (%)	(%) Participação no PIB da Bahia	<i>Per capita</i> (R\$)
<b>BRASIL</b>	<b>1.353.319.309</b>	<b>0,54</b>	<b>-</b>	<b>8.694</b>	<b>1.633.038.505</b>	<b>4,94</b>	<b>-</b>	<b>9.729</b>
<b>BAHIA</b>	<b>63.628.566</b>	<b>2,46</b>	<b>-</b>	<b>5.402</b>	<b>80.312.495</b>	<b>9,77</b>	<b>-</b>	<b>6.350</b>
<b>Bom Jesus da Lapa</b>	130.128	- 9,92	0,20	2.644	151.404	1,18	0,19	2.861
Sítio do Mato	31.340	- 9,61	0,05	2.782	36.620	1,61	0,05	2.975

Serra do Ramalho	68.617	11,16	0,11	2.437	80.034	1,43	0,10	2.680
Riacho de Santana	8.929	10,23	0,01	2.394	11.314	10,20	0,01	2.838
Paratinga	45.249	0,06	0,07	1.791	55.109	5,91	0,07	2.023
Igaporã	23.529	- 6,50	0,04	1.834	28.935	6,95	0,04	2.114
Macaúbas	60.823	- 10,21	0,10	1.574	75.857	8,46	0,09	1.811
Ibotirama	48.707	11,64	0,8	2.286	59.736	6,66	0,07	2.627
Muquém do São Francisco	29.589	2,11	0,05	3.633	36.365	6,88	0,05	4.158
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>446.911</b>	<b>-2,78</b>	<b>0,70</b>		<b>535.375</b>	<b>4,18</b>	<b>0,67</b>	

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE, 2004.

O Turismo religioso em Bom Jesus da Lapa é o principal responsável pelo crescimento do setor de serviços e tem desempenhado um papel expressivo na economia municipal. No entanto, é importante salientar que grande parte dos turistas que afluem para as grutas sagradas da Lapa são pessoas de baixo poder de consumo e de caráter sazonal, ficando as vagas hoteleiras ociosas a maior parte do ano e a infra-estrutura da cidade (no que tange à energia elétrica, água potável e saneamento básico) tem uma sobrecarga muito grande, entrando algumas vezes em colapso nos períodos de afluxo dos romeiros.

Destaque-se ainda que nos períodos de férias de fim e meio de ano há um expressivo movimento de turistas transeuntes, que dinamizam o setor hoteleiro da cidade. Porém, a permanência desse contingente não supera um dia em cada visita e registre-se o fato de que ainda não existem estatísticas que precisem o número de visitantes.

Os municípios de Bom Jesus da Lapa, Sítio do Mato e Serra do Ramalho apresentaram no ano de 2002 um surpreendente crescimento no seu Produto Interno Bruto, mas, nos dois anos subsequentes, este impressionante crescimento tem um abrupto arrefecimento, chegando a apresentar, em 2003, forte crescimento negativo. A explicação para tal evento deve-se principalmente à entrada das infra-estruturas de irrigação na contabilidade municipal e no ano subsequente. À medida que as respostas produtivas não aconteceram e se descontou a depreciação destes equipamentos, o PIB foi negativo.

Os perímetros irrigados geridos pela Superintendência Regional da CODEVASF têm um alcance maior do que o espaço aqui abordado. No entanto, dos 11.462,5 hectares

cultivados em toda esta área, os perímetros Formoso A e H, localizados em Bom Jesus da Lapa, representaram 44.4% da área cultivada, fato que demonstra a pujança dos perímetros localizados neste município. Em 2005, o projeto Formoso A e H envolviam 793 famílias divididas em lotes de agricultura familiar e lotes empresariais, tendo na banana o seu principal cultivo, embora o coco, a manga, a melancia, a mandioca, o feijão e o milho, também sejam culturas presentes no perímetro. A produção de banana já se encontra em posição de destaque nacional como segundo maior produtor nacional e já tem uma experiência piloto de inserção no mercado internacional. No ano de 2006, a produção atingiu a marca de 86 toneladas, o que representa o faturamento bruto de R\$ 46 milhões. A melhoria da estrutura viária e as solidificações de circuitos comerciais terão a capacidade de promover, em um breve futuro, melhorias substanciais na rentabilidade e na qualidade de vida do público meta do projeto.

**Tabela 3**  
**Comparação da Produção Agrícola no Perímetro Irrigado Formoso (A)**  
**entre os anos 2003 e 2004.**

DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO		RESULTADOS (B-A)	VARIÇÃO (%)
	2003 (A)	2004 (B)		
<b>1- Área Cultivada (ha)</b>	<b>3.504,55</b>	<b>3850,89</b>	<b>346,34</b>	<b>9,88</b>
<b>1.1 – Unidade Familiar</b>	<b>2.123,95</b>	<b>2.390,29</b>	<b>266,34</b>	<b>12,54</b>
Culturas Temporárias	286,36	71,28	-215,08	-75,11
Culturas Permanentes	1.837,59	2319,01	481,42	26,20
<b>1.2 - Empresa</b>	<b>1.380,6</b>	<b>1.460,6</b>	<b>80,00</b>	<b>5,79</b>
Culturas Temporárias	245	309	64,00	26,12
Culturas Permanentes	1135,6	1151,6	16,00	1,41
<b>2- Área Colhida (ha)</b>	<b>3.191,9</b>	<b>3.247,78</b>	<b>55,88</b>	<b>1,75</b>
<b>2.1 – Unidade Familiar</b>	<b>1.965,3</b>	<b>2.060,18</b>	<b>94,88</b>	<b>4,83</b>
Culturas Temporárias	379,21	28,4	-350,81	-92,51
Culturas Permanentes	1.586,09	2.031,78	445,69	28,10
<b>2.2 - Empresa</b>	<b>1.226,6</b>	<b>1.187,6</b>	<b>-39,00</b>	<b>-3,18</b>
Culturas Temporárias	114	114	0,00	0,00
Culturas Permanentes	1.112,6	1.073,6	-39,00	-3,51

<b>3- Produção Agrícola (t)</b>	<b>54.257,74</b>	<b>84.136,12</b>	<b>29.878,38</b>	<b>55,07</b>
<b>3.1 – Unidade Familiar</b>	<b>34.505,43</b>	<b>64.527,81</b>	<b>30.022,38</b>	<b>87,01</b>
Culturas Temporárias	1.369,86	288,36	-1.081,50	-78,95
Culturas Permanentes	33.135,57	64.239,45	31.103,88	93,87
<b>3.2 - Empresa</b>	<b>19.752,31</b>	<b>19.608,31</b>	<b>-144,00</b>	<b>-0,73</b>
Culturas Temporárias	675,28	675,28	0,00	0,00
Culturas Permanentes	19.077,03	18.933,03	-144,00	-0,75
<b>4- VBP (R\$ 1.000)</b>	<b>15.365,09</b>	<b>27.081,54</b>	<b>11.716,45</b>	<b>76,25</b>
<b>4.1 – Unidade Familiar</b>	<b>9.409,37</b>	<b>20.843,52</b>	<b>11.434,15</b>	<b>121,52</b>
Culturas Temporárias	627,42	121,85	-505,57	-80,58
Culturas Permanentes	8.781,95	20.721,67	11.939,72	135,96
<b>4.2 - Empresa</b>	<b>5.955,72</b>	<b>6.238,02</b>	<b>282,30</b>	<b>4,74</b>
Culturas Temporárias	110,66	508,16	397,50	359,21
Culturas Permanentes	5.845,06	5.729,86	-115,20	-1,97

Fonte: CODEVASF/2ª SR.

**Tabela 4**  
**Comparação da Produção Agrícola no Perímetro Irrigado Formoso (H)**  
**entre os anos 2003 e 2004.**

DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO		RESULTADO S (B-A)	VARIACÃO (%)
	2003 (A)	2004 (B)		
<b>1. Área Cultivada (ha)</b>	<b>2.146,35</b>	<b>1.991,94</b>	<b>-154,41</b>	<b>-7,19</b>
<b>1.1 – Unidade Familiar</b>	<b>1.682,57</b>	<b>1.507,78</b>	<b>-174,79</b>	<b>-10,39</b>
Culturas Temporárias	972,97	793,01	-179,96	-18,50
Culturas Permanentes	709,60	714,77	5,17	0,73
<b>1.2 - Empresa</b>	<b>463,78</b>	<b>484,16</b>	<b>20,38</b>	<b>4,39</b>
Culturas Temporárias	179,26	149,45	-29,81	-16,63
Culturas Permanentes	284,52	334,71	50,19	17,64
<b>2- Área Colhida (ha)</b>	<b>1.391,11</b>	<b>1.294,32</b>	<b>-96,79</b>	<b>-6,96</b>
<b>2.1 - Unidade Familiar</b>	<b>1.155,05</b>	<b>971,08</b>	<b>-183,97</b>	<b>-15,93</b>
Culturas Temporárias	824,23	616,19	-208,04	-25,24
Culturas Permanentes	330,82	354,89	24,07	7,28
<b>2.2 - Empresa</b>	<b>236,06</b>	<b>323,24</b>	<b>87,18</b>	<b>36,93</b>
Culturas Temporárias	70,98	103,25	32,27	45,46
Culturas Permanentes	165,08	219,99	54,91	33,26
<b>3- Produção Agrícola (t)</b>	<b>4.460,19</b>	<b>8.039,39</b>	<b>3.579,20</b>	<b>80,25</b>
<b>3.1 - Unidade Familiar</b>	<b>3.485,62</b>	<b>6.094,24</b>	<b>2.608,62</b>	<b>74,84</b>

Culturas Temporárias	1.111,80	2.217,19	1.105,39	99,42
Culturas Permanentes	2.373,79	3.877,05	1.503,26	63,33
<b>3.2 - Empresa</b>	<b>974,57</b>	<b>1.945,15</b>	<b>970,58</b>	<b>99,59</b>
Culturas Temporárias	176,76	936,65	759,89	429,90
Culturas Permanentes	797,81	1.008,50	210,69	26,41
<b>4- VBP (R\$ 1.000)</b>	<b>1.899,69</b>	<b>2.826,97</b>	<b>927,28</b>	<b>48,81</b>
<b>4.1 - Unidade Familiar</b>	<b>1.547,27</b>	<b>1.919,91</b>	<b>372,64</b>	<b>24,08</b>
Culturas Temporárias	833,19	789,64	-43,55	-5,23
Culturas Permanentes	714,08	1.130,27	416,19	58,28
<b>4.2 - Empresa</b>	<b>352,42</b>	<b>907,06</b>	<b>554,64</b>	<b>157,38</b>
Culturas Temporárias	71,54	417,27	345,73	483,27
Culturas Permanentes	280,88	489,79	208,91	74,38

Fonte: CODEVASF/2ª SR

O turismo religioso que ocorre em Bom Jesus da Lapa no período de agosto a outubro pode ser dividido entre os grupos de romeiros que chegam à cidade e não utilizam a rede hoteleira e os romeiros que utilizam esta rede. O primeiro grupo chega à cidade ao amanhecer e parte ao anoitecer, não utiliza os meios de hospedagens, restaurantes ou praticamente qualquer serviço que requeira dispêndio monetário, pois este grupo é constituído por pessoas muito pobres. Este contingente – composto pela imensa maioria do contingente turístico – além de não impactar a economia local, impõem uma sobrecarga aos serviços básicos ofertados pelo estado, a exemplo da energia elétrica, esgotamento sanitário, lixo e água potável. Destaque-se que, no período mencionado, grandes contingentes e ambulantes oriundos dos mais variados lugares, deslocam-se para o município para comercializar uma gama de produtos, que contribui sobremaneira com a sangria dos recursos movimentados no período da romaria.

Segundo pesquisa direta realizada pela Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (SUDETUR), órgão ligado ao Governo do Estado Bahia, o turista religioso de Bom Jesus da Lapa apresenta o seguinte perfil: 99,6% dos visitantes são brasileiros, sendo que destes 70,6% são domiciliados na Bahia, 7,1% em Minas Gerais, 5,1% são oriundos de São Paulo e 4,2% de Goiás. Ao todo, são 200.000 visitantes por romaria. Destes, 33.030 são turistas que permanecem efetivamente na cidade por um período médio de 4,3 dias, com gasto médio individual de 55 reais, incluindo a hospedagem. A romaria é a segunda maior do Brasil, perdendo apenas para Aparecida do Norte-SP.

As receitas do turismo para o município - embora sejam expressivas no contexto atual da economia local - em uma perspectiva de maior dinamismo econômico, terão um papel secundário, principalmente quando se verifica o gasto médio do turista e o seu movimento sazonal.

**Tabela 5**  
**Permanência Média do Turismo Religioso em**  
**Bom Jesus da Lapa no ano de 2004.**

<b>Permanência Média</b>	<b>Dias</b>
<b>Brasil</b>	<b>4,3</b>
Bahia	4,0
Minas Gerais	4,4
São Paulo	6,7
Goiás	4,2
Espírito Santo	5,2
Distrito federal	3,8
Sergipe	4,5
<b>Estrangeiros</b>	<b>3,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4,3</b>

Fonte: Secretaria da Cultura e do Turismo do Estado da Bahia – Pesquisa Direta.

**Tabela 6**  
**Gasto Médio Diário Individual (GMDI) do Turista Religioso**  
**em Bom Jesus da Lapa no ano de 2004.**

<b>GMDI</b>	<b>US\$</b>
<b>Brasil</b>	<b>27,6</b>
Bahia	26,1
Minas Gerais	35,0
São Paulo	26,0
Goiás	27,0
Espírito Santo	35,2
Distrito federal	43,1
Sergipe	18,3
Estrangeiros	80,0
<b>TOTAL</b>	<b>27,8</b>

Fonte: Secretaria da Cultura e do Turismo do Estado da Bahia – Pesquisa Direta.

A debilidade da infra-estrutura municipal e regional também é um fator que pressiona o gasto dos turistas para baixo, criando um círculo vicioso em que a infra-estrutura insuficiente não atrai turista com boa capacidade de consumo e a falta destes turistas não

permite que sejam feitos investimentos no setor. É possível que a construção de pontes e estradas articulando a região com a parte oeste do Brasil e com o litoral da Bahia e a implantação dos perímetros irrigados possam cumprir o papel de atrair investimentos qualitativamente diferenciados dos atuais.

A estrutura fundiária da região polarizada por Bom Jesus da Lapa, embora esteja passando por transformações, segue a tendência brasileira de terras concentradas, fato que pode ser um forte impeditivo para alcançar os impactos positivos esperados pela revitalização do Rio São Francisco.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 1996, os estabelecimentos com área de até vinte hectares representavam 8% da área total de estabelecimentos, enquanto este mesmo estrato de área participou em 47,75% do total dos estabelecimentos da sub-região.

No lado extremo, os estabelecimentos como mais de 2000 hectares representavam 39% da área total dos estabelecimentos e apenas 0,30% do número total, evidenciando uma brutal desigualdade na distribuição das terras na região. Sendo a terra o principal fator propulsor de uma provável aceleração do crescimento econômico, a atual estrutura fundiária funciona como um fator limitante do surgimento de um novo patamar do desenvolvimento socioeconômico regional.

**Tabela 7**  
**Número de estabelecimentos por grupos de área total na**  
**Sub-Região de Bom Jesus da Lapa.**

<b>TOTAL</b>	<b>24.325</b>	<b>%</b>
Menos de 20 ha	11592	47,65
20 a menos de 100 ha	9033	37,13
100 a menos de 200 ha	792	3,26
200 a menos de 500 ha	431	1,77
500 a menos de 1.000 ha	131	0,54
1.000 a menos de 2.000 ha	74	0,30
2.000 a menos de 5.000 ha	43	0,18
5.000 a menos de 10.000 ha	16	0,07
10.000 a menos de 100.000 ha	13	0,05
100.000 ha e mais	0	0,00
Sem declaração	0	0,00

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

**Tabela 8**  
**Área dos estabelecimentos por grupos de área total na Sub-Região**  
**de Bom Jesus da Lapa.**

<b>TOTAL</b>	<b>1.287.686</b>	<b>%</b>
--------------	------------------	----------

Menos de 20 ha	99848	7,75
20 a menos de 100 ha	304349	23,64
100 a menos de 200 ha	99177	7,70
200 a menos de 500 ha	122174	9,49
500 a menos de 1.000 ha	85833	6,67
1.000 a menos de 2.000 ha	93727	7,28
2.000 a menos de 5.000 ha	124696	9,68
5.000 a menos de 10.000 ha	100229	7,78
10.000 a menos de 100.000 ha	272423	21,16
100.000 ha e mais	0	0,00
Sem declaração	0	0,00

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

Entretanto, este quadro adverso vem sofrendo expressivas modificações, principalmente através dos assentamentos de reforma agrária, demarcação de áreas quilombolas (a exemplo da área do Rio das Rãs) e implantação dos perímetros irrigados, que vem promovendo modificações expressivas em uma realidade de terras com elevada concentração.

### 5.1.2 Dinâmicas populacionais e condicionantes sociais da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa.

O comportamento econômico da sub-região de Bom Jesus da Lapa influenciou sobremaneira nas dinâmicas populacionais daquele espaço, seja no processo migratório, taxas de natalidade e fertilidade, que refletiram e refletem até hoje no saldo do seu crescimento populacional.

Os dados de crescimento populacional apurados pelo Censo Demográfico do IBGE em 2000 revelam uma região com características de área de emigração. Vários municípios apresentam taxas de crescimento anual negativo (a exemplo de Igaporã, Muquém de São Francisco e Riacho de Santana), o que significa perda de população absoluta. Até mesmo o município de Bom Jesus da Lapa - que desempenha a função de pólo regional e que, no período de 1991/1996 apresentou uma taxa de crescimento anual de - 1,38%, no período de 1996 a 2000 revela um preocupante declínio, visto que esta taxa ficou em 0,87%. Ou seja, o próprio município pólo apresenta características de repulsão da sua população pela carência de empregos, terras e serviços públicos de boa qualidade.

O crescimento acelerado dos municípios de Sitio do Mato e Paratinga (respectivamente 3,51% e 5,62% ao ano, no período 1996/2000), não foi capaz de reverter o perfil regional de perda de população ou apenas de manutenção da mesma. Quando se agrega os dados de todos os municípios, o balanço do crescimento populacional mostra um comportamento populacional em declínio, com uma leve recuperação no período de 1996/2000.

**Tabela 9**  
**População dos Municípios da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa**  
**nos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.**

Município	Sexo	Situação domicílio	Ano				
			1970	1980		1991	
			Hab.	Hab.	Var. Anual (%)	Hab.	Var. Anual (%)
Bom Jesus da Lapa	Homens	Urbana	7.311	11.786	4,89	15.556	2,56
		Rural	12.600	22.899	6,16	8.513	- 8,60
	Mulheres	Urbana	8.220	12.558	4,33	16.834	2,70
		Rural	12.645	21.949	5,67	8.007	- 8,76
	Subtotal		<b>42.746</b>	<b>71.172</b>	<b>5,23</b>	<b>50.901</b>	<b>-3,00</b>
Ibotirama	Homens	Urbana	2.250	4.859	8,00	7.494	4,02
		Rural	3.057	3.801	2,20	4.277	1,08
	Mulheres	Urbana	2.334	4.938	7,78	7.737	4,17
		Rural	2.989	3.568	1,79	3.762	0,48
	Subtotal		<b>10.630</b>	<b>17.166</b>	<b>4,91</b>	<b>23.270</b>	<b>Cont. 2,80</b>
Igaporã	Homens	Urbana	1.149	1.704	4,02	2.874	4,87
		Rural	3.952	4.175	0,55	4.147	- 0,06
	Mulheres	Urbana	1.228	1.791	3,85	3.029	4,89
		Rural	3.981	4.018	0,09	3.902	- 0,27
	Subtotal		<b>10.310</b>	<b>11.688</b>	<b>1,26</b>	<b>13.952</b>	<b>1,62</b>
Macaúbas	Homens	Urbana	1.822	2.407	2,82	3.789	4,21
		Rural	11.168	12.924	1,47	13.131	0,14
	Mulheres	Urbana	1.900	2.581	3,11	4.212	4,55
		Rural	11.749	13.186	1,16	13.426	0,16
	Subtotal		<b>26.639</b>	<b>31.098</b>	<b>1,56</b>	<b>34.558</b>	<b>0,96</b>
Muquém de São Francisco	Homens	Urbana	-	-	-	407	-
		Rural	-	-	-	3.902	-
	Mulheres	Urbana	-	-	-	400	-
		Rural	-	-	-	3.548	-
	Subtotal		-	-	-	<b>8.257</b>	

Paratinga	Homens	Urbana	1.585	2.376	4,13	3.570	3,77
		Rural	7.396	7.819	0,56	8.596	0,86
	Mulheres	Urbana	1.771	2.550	3,71	3.776	3,63
		Rural	7.657	7.890	0,30	8.239	0,39
Paratinga	Subtotal		<b>18.409</b>	<b>20.635</b>	<b>1,15</b>	<b>24.181</b>	<b>1,45</b>
Riacho de Santana	Homens	Urbana	1.639	3.259	7,12	4.114	2,14
		Rural	12.969	13.317	0,27	9.592	- 2,94
	Mulheres	Urbana	1.761	3.437	6,92	4.259	1,97
		Rural	13.018	13.103	0,07	9.294	-3,07
	Subtotal		<b>29.387</b>	<b>33.116</b>	<b>1,20</b>	<b>27.259</b>	<b>- 1,75</b>
Serra do Ramalho	Homens	Urbana	-	-	-	1.099	-
		Rural	-	-	-	16.128	-
	Mulheres	Urbana	-	-	-	1.060	-
		Rural	-	-	-	14.877	-
	Subtotal		-	-	-	<b>33.164</b>	-
Sítio do Mato	Homens	Urbana	-	-	-	2.795	-
		Rural	-	-	-	1.542	-
	Mulheres	Urbana	-	-	-	2.870	-
		Rural	-	-	-	1.492	-
	Sub-total		-	-	-	<b>8.699</b>	-
	<b>TOTAL</b>		<b>138.121</b>	<b>184.875</b>	<b>2,96</b>	<b>224.241</b>	<b>1,77</b>

Fonte: SIDRA, IBGE.

**Tabela 10**  
**População dos Municípios da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa**  
**nos Censos Demográficos de 1996 e 2000.**

Município	Sexo	Situação domicílio	Ano			
			1996		2000	
			Hab.	Var. Anual (%)	Hab.	Var. Anual (%)
Bom Jesus da Lapa	Homens	Urbana	16.961	1,74	18.389	2,04
		Rural	9.140	1,43	8.779	-1,00
	Mulheres	Urbana	18.044	1,40	19.337	1,75
		Rural	8.369	0,89	7.916	-1,38
	Subtotal		<b>54.510</b>	<b>1,38</b>	<b>56.421</b>	<b>0,87</b>
Ibotirama	Homens	Urbana	7.666	0,45	8.106	1,41
		Rural	4.555	1,27	4.207	-1,97
	Mulheres	Urbana	7.799	0,16	8.278	1,50
		Rural	3.912	0,79	3.558	-2,34
	Subtotal		<b>23.932</b>	<b>0,56</b>	<b>24.149</b>	<b>0,23</b>

<b>Igaporã</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	3.449	3,71	3.434	-0,11
		<b>Rural</b>	3.945	-0,99	3.892	-0,34
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	3.738	4,30	3.667	-0,48
		<b>Rural</b>	3.646	-1,35	3.564	-0,57
<b>Igaporã</b>	<b>Subtotal</b>		<b>14.778</b>	<b>1,16</b>	<b>14.557</b>	<b>-0,38</b>
<b>Macaúbas</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	4.571	3,82	5.567	5,05
		<b>Rural</b>	14.547	2,07	15.249	1,19
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	4.975	3,39	6.114	5,29
		<b>Rural</b>	14.344	1,33	14.876	0,91
	<b>Subtotal</b>		<b>38.437</b>	<b>2,15</b>	<b>41.806</b>	<b>2,12</b>
<b>Muquém de São Francisco</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	433	1,25	518	4,58
		<b>Rural</b>	4.660	3,61	4.301	-1,98
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	423	1,12	479	3,16
		<b>Rural</b>	4.138	3,12	3.754	-2,41
	<b>Subtotal</b>		<b>9.654</b>	<b>3,18</b>	<b>9.052</b>	<b>-1,60</b>
<b>Paratinga</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	4.005	2,33	4.368	2,19
		<b>Rural</b>	8.268	-0,78	9.685	4,03
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	4.152	1,92	4.699	3,14
		<b>Rural</b>	7.686	-1,38	8.927	3,81
	<b>Subtotal</b>		<b>24.111</b>	<b>-0,06</b>	<b>27.679</b>	<b>3,51</b>
<b>Riacho de Santana</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	4.725	2,81	5.406	3,42
		<b>Rural</b>	9.809	0,45	9.084	-1,90
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	4.889	2,80	5.605	3,48
		<b>Rural</b>	9.296	0,00	8.548	-2,08
	<b>Subtotal</b>		<b>28.719</b>	<b>1,05</b>	<b>28.643</b>	<b>-0,07</b>
<b>Serra do Ramalho</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.510	6,56	1.896	5,86
		<b>Rural</b>	13.965	-2,84	15.104	1,98
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.494	7,10	1.846	<b>Cont.</b> 5,43
		<b>Rural</b>	12.807	-2,95	13.754	1,80
<b>Serra do Ramalho</b>	<b>Subtotal</b>		<b>29.776</b>	<b>-2,13</b>	<b>32.600</b>	<b>2,29</b>
<b>Sítio do Mato</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	3.231	2,94	3.261	0,23
		<b>Rural</b>	1.562	0,26	2.827	15,99
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	3.221	2,33	3.209	-0,09
		<b>Rural</b>	1.429	-0,86	2.455	14,49
	<b>Subtotal</b>		<b>9.443</b>	<b>1,65</b>	<b>11.752</b>	<b>5,62</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>233.360</b>	<b>0,80</b>	<b>246.659</b>	<b>1,40</b>

Fonte: SIDRA, IBGE.

A infra-estrutura de equipamentos voltados para o atendimento das necessidades básicas da população retrata a debilidade já abordada anteriormente. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, referenciado no ano 2000, dos 11.405 domicílios existentes no

município de Bom Jesus da Lapa, apenas 404 estavam ligados à rede geral de esgoto e 7.381 do número total de domicílios não tinham banheiro nem sanitário, refletindo as precárias condições de vida da parcela da população urbana que habita as áreas periféricas das cidades, além da quase totalidade da população rural. Vale salientar que em boa parte dos municípios componentes da sub-região a rede geral simplesmente não existe. Apesar disso, o programa de Revitalização do Rio São Francisco tem no saneamento básico um dos seus principais componentes da intervenção futura, e cria uma expectativa de que com essas melhorias seja mais fácil atrair uma expressiva parcela de população qualificada que a provável implantação de uma Universidade Federal requer, como também o pessoal técnico que seria recrutado para contribuir com a mudança do padrão tecnológico que a esperada aceleração de crescimento exige.

Ainda como um fator limitante para a consecução de um outro patamar de desenvolvimento regional pode-se arrolar a renda auferida pela população. No município de Bom Jesus da Lapa, segundo o Censo 2000, 51,86% da população não tinha rendimento e 37,69% ganhava até dois salários mínimos. Acima de cinco salários mínimos registra-se um pouco mais do que 3% da população total do município. No restante dos municípios a situação tende a se agravar mais, alguns municípios indicam que mais de 60% da sua população total não tinha qualquer rendimento e, ainda assim, concentram a maior parte dos que recebem remuneração na faixa de renda que vai até dois salários mínimos mensais, sendo um padrão regional de renda limitador do consumo e, por sua vez, de investimentos produtivos.

**Tabela 11**  
**Pessoas de 10 ao mais de idade por classe de rendimento nominal mensal.**

Município	Classes de rendimento nominal mensal (salários mínimos)								
	Total %	Até 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento
<b>Bom Jesus da Lapa</b>	100	26,52	11,17	2,77	3,61	2,74	0,82	0,51	51,86
<b>Ibotirama</b>	100	29,92	10,5	3,64	2,81	2,57	1,22	0,67	48,67
<b>Igaporã</b>	100	39,63	7,57	2,18	2,24	1,2	0,27	0,44	46,47
<b>Macaúbas</b>	100	28,81	7,8	1,7	1,67	0,72	0,26	0,2	58,84
<b>Muquém de São Francisco</b>	100	32,6	9,51	2,94	1,51	1,43	0,53	0,08	51,4
<b>Paratinga</b>	100	26,53	4,9	1,86	1,15	0,42	0,3	-	64,85
<b>Riacho de Santana</b>	100	31,09	7,79	1,23	1,23	0,83	0,32	0,13	57,39

<b>Serra do Ramalho</b>	100	22,27	8,25	2,33	0,91	0,96	0,3	0,14	64,85
<b>Sítio do Mato</b>	100	26,52	7,39	1,84	1,35	0,69	0,06	-	62,15

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

### 5.1.3 Educação

**Tabela 12**  
**Grau de Instrução da População da Sub-Região de Bom Jesus da Lapa.**

Municípios	População	Frequência à escola	10 anos ou mais de idade					
			Sem instrução e menos de um ano de estudo	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 a 14 anos de estudo	15 ou mais
<b>Bom Jesus da Lapa</b>	<b>62.234</b>	21.056	8.859	10.698	12.022	4.600	4.815	184
<b>Sítio do Mato</b>	<b>13.148</b>	4.730	1.736	3.453	2.496	429	300	4
<b>Serra do Ramalho</b>	<b>37.674</b>	13.800	5.769	7.922	7.275	1.865	1.043	0
<b>Riacho de Santana</b>	<b>32.802</b>	10.543	6.340	6.066	6.736	1.467	1.602	48
<b>Paratinga</b>	<b>31.049</b>	11.027	4.284	8.058	5.477	1.190	993	20
<b>Igaporá</b>	<b>16.655</b>	5.073	2.404	3.955	3.493	749	792	189
<b>Macaubas</b>	<b>46.206</b>	14.219	8.635	10.497	8.993	2.022	1.725	115
<b>Ibotirama</b>	<b>28.028</b>	10.002	3.005	6.057	5.547	1.739	1.579	<b>Cont.</b> 99
<b>Muquém de São Francisco</b>	<b>10.248</b>	3.773	1.519	2.746	1.851	238	109	12
<b>TOTAL</b>	<b>278.044</b>	94.223	42.551	59.452	53.890	14.299	12.958	671
<b>%</b>	<b>100</b>	<b>33,89</b>	<b>15,30</b>	<b>21,38</b>	<b>19,38</b>	<b>5,14</b>	<b>4,66</b>	<b>0,24</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

**Tabela 13**  
**Egressos do Ensino Médio na Sub-Região de Bom Jesus da Lapa de instituições estaduais, municipais e particulares.**

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Bom Jesus da Lapa</b>	646	807	385	246	471
<b>Sítio do Mato</b>	39	-	-	-	133
<b>Serra do Ramalho</b>	322	323	361	396	31
<b>Riacho de Santana</b>	294	328	410	339	561
<b>Paratinga</b>	249	372	233	309	444

<b>Igaporã</b>	128	139	32	135	185
<b>Macaúbas</b>	362	276	46	775	730
<b>Ibotirama</b>	272	371	201	238	433
<b>Muquém do São Francisco</b>	-	25	16	27	60
<b>TOTAL</b>	<b>2.312</b>	<b>2.641</b>	<b>1.684</b>	<b>2.465</b>	<b>3.048</b>

Fonte: SUPAV/SEC, Bahia.

## 5.2 SUB-REGIÃO DE GUANAMBI

Dentre as sub-regiões em tela, Guanambi é a que apresenta uma história recente de dinamismo, que foi assentado na cultura do algodão e permitiu a criação de uma infraestrutura de serviços mais complexa do que a sub-região de Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória.

Este dinamismo, a partir da década de 1980, cede lugar para uma persistente estagnação em decorrência da praga do “bicudo” que acometeu a cultura do algodão, criando um cenário desalentador com inúmeras fábricas de beneficiamento abandonadas, produtores endividados e a desarticulação total do sistema produtivo regional, fazendo com que esta sub-região, na atualidade, tenha um Produto Interno Bruto menor do que a de Santa Maria da Vitória.

O crescimento do passado trouxe, no entanto, algumas vantagens que repercutem no momento atual, como por exemplo, a maior diversificação da rede bancária, maior oferta de cursos superiores, maior volume de depósitos à vista da região, e um comércio muito mais sólido e diversificado do que Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa, fato que ampara a afirmação que Guanambi é, na atualidade, um centro de prestação de serviço para um espaço muito mais amplo do que o que aqui se aceita como o conjunto de municípios que compõem a sua região formal.

### 5.2.1 Dinâmicas econômicas da Sub-Região de Guanambi

O Produto Interno Bruto per capita do ano de 2004 da sub-região fica muito distante da média estadual de 6.350 reais, pois o município de Iuiú, que apresenta os maiores valores, atinge apenas 3.900 reais e o município de Guanambi, mesmo dotado de uma razoável infraestrutura de serviço não alcançou nem os três mil reais no mesmo período, além de quatro municípios não conseguirem ultrapassar a marca dos dois mil reais per capita do Produto Interno Bruto Municipal.

**Tabela 14**  
**Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per Capita na Sub-Região**  
**de Guanambi nos anos de 2001 e 2002.**

Unidades Territoriais	Ano						
	2001			2002			
	A preços correntes (1.000 R\$)	Participação no PIB da Bahia (%)	Per capita (R\$)	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	Varição Real (%)	(%) Participação no PIB da Bahia	Per capita (R\$)
<b>BRASIL</b>	<b>1.198.736.188</b>		<b>6 896</b>	<b>1.221.884.373</b>	<b>1,93</b>	-	<b>7.631</b>
<b>BAHIA</b>	<b>52.249.320</b>		<b>3 936</b>	<b>56.375.048</b>	7,90	-	<b>4.631</b>
<b>Guanambi</b>							
	161.649	0,31	2.221	156.182	-3,38	0,28	2.342
<b>Candiba</b>	15.854	0,03	1.317	16.829	6,15	0,03	1.547
<b>Pindaí</b>	19.377	0,04	1.266	20.438	5,48	0,04	1.482
<b>Matina</b>	11.892	0,02	1.135	14.176	19,21	0,03	1.470
<b>Caetité</b>	71.239	0,14	1.552	84.671	18,86	0,15	2.009
<b>Palmas de Monte Alto</b>	29.713	0,06	1.483	33.811	13,79	0,06	1.863
<b>Sebastião Laranjeiras</b>	17.245	0,03	1.851	18.715	8,53	0,03	2.208
<b>Urandi</b>	29.561	0,06	1.837	30.164	2,04	0,05	<b>Cont.</b> 2.063
<b>Tanque Novo</b>	41.510	0,08	2.686	37.704	-9,17	0,07	2.632
<b>Iuiú</b>	20.809	0,04	1.995	26.149	25,66	0,05	2.772
<b>Carinhanha</b>	35.646	0,07	1.293	37.258	4,52	0,07	1.479
<b>Malhada</b>	27.201	0,05	1.734	30.717	12,92	0,05	2.151
<b>SUBTOTAL</b>	<b>481.696</b>	<b>0,92</b>		<b>506.814</b>	<b>5,21</b>	<b>0,90</b>	

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE, 2004.

**Tabela 15**  
**Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per Capita na Sub-Região**  
**de Guanambi nos anos de 2003 e 2004.**

Unidades Territoriais	Ano							
	2003				2004			
	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	Varição Real (%)	Participação no PIB da Bahia (%)	Per capita (R\$)	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	(%) Varição Real	Participação no PIB da Bahia (%)	Per capita (R\$)
<b>BRASIL</b>	<b>1.353.319.309</b>	<b>0,54</b>	<b>-</b>	<b>8.694</b>	<b>1.633.038.505</b>	<b>4,94</b>	<b>-</b>	<b>9.729</b>
<b>BAHIA</b>	<b>63.628.566</b>	<b>2,46</b>	<b>-</b>	<b>5.402</b>	<b>80.312.495</b>	<b>9,77</b>	<b>-</b>	<b>6.350</b>
Guanambi	158.126	-8,09	0,25	2.452	202.362	11,29	0,25	2.924
Candiba	17.465	-5,79	0,03	1.683	21.451	6,81	0,03	1.954
Pindaí	21.339	-5,22	0,03	1.628	25.916	5,62	0,03	1.877
Matina	14.630	-6,31	0,02	1.561	17.797	5,79	0,02	1.760
Caetitê	89.871	-3,65	0,14	2.201	127.674	23,54	0,16	2.907
Palmas de Monte Alto	33.225	-10,80	0,05	1.915	40.765	6,70	0,05	2.216
Sebastião Laranjeiras	21.369	3,65	0,03	2.626	24.354	-0,89	0,03	2.808
Urandi	32.582	-1,95	0,05	2.325	44.807	19,59	0,06	3.005
Tanque Novo	29.731	-28,42	0,05	2.122	35.833	4,81	0,04	2.355
Iuiú	31.808	10,42	0,05	3.534	37.415	2,29	0,05	3.927
Carinhanha	38.743	-5,60	0,06	1.594	48.369	8,57	0,06	1.859
Malhada	31.777	-6,09	0,05	2.317	39.256	7,43	0,05	2.684
<b>SUBTOTAL</b>	<b>520.668</b>	<b>- 6,74</b>	<b>0,82</b>		<b>665.999</b>	<b>11,24</b>	<b>0,83</b>	

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE, 2004.

A estrutura fundiária da região sob a influência de Guanambi, embora não registre a presença de latifúndios na mesma ordem de grandeza que as demais sub-regiões aqui analisadas, apresenta fortes distorções na sua distribuição de terras. Os estabelecimentos voltados para a exploração agropecuária com menos de vinte hectares, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, representavam 63,43% do número total dos estabelecimentos, mas só participavam com apenas 9,60% da área total dos mesmos. Já no que respeita o estrato de área dos estabelecimentos acima de dois mil hectares, a participação no número ficou em 0,22% da totalidade, enquanto que em relação à área total dos estabelecimentos esta participação se eleva para mais de 22%, evidenciando um profundo desequilíbrio na distribuição de terras, fator que, como já foi frisado anteriormente, é obstáculo ao crescimento econômico mais

acelerado e, principalmente, à promoção de um desenvolvimento que se ampare em uma maior justiça social.

**Tabela 16**  
**Número de estabelecimentos por grupos de área total na sub-região de Guanambi.**

<b>TOTAL</b>	<b>26891</b>	<b>100%</b>
Menos de 20 ha	17056	63,43
20 a menos de 100 ha	8414	31,29
100 a menos de 200 ha	1017	3,78
200 a menos de 500 ha	540	2,01
500 a menos de 1.000 ha	184	0,68
1.000 a menos de 2.000 ha	78	0,29
2.000 a menos de 5.000 ha	37	0,14
5.000 a menos de 10.000 ha	15	0,06
10.000 a menos de 100.000 ha	5	0,02
100.000 ha e mais	0	0,00
Sem declaração	0	0,00

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

**Tabela 17**  
**Área dos estabelecimentos por grupos de área total na sub-região de Guanambi.**

<b>TOTAL</b>	<b>1245452</b>	<b>100%</b>
Menos de 20 ha	119549	9,60
20 a menos de 100 ha	335253	26,92
100 a menos de 200 ha	131369	10,55
200 a menos de 500 ha	156100	12,53
500 a menos de 1.000 ha	124881	10,03
1.000 a menos de 2.000 ha	100945	8,11
2.000 a menos de 5.000 ha	114581	9,20
5.000 a menos de 10.000 ha	83793	6,73
10.000 a menos de 100.000 ha	78980	6,34
100.000 ha e mais	0	0,00
Sem declaração	0	0,00

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

### 5.2.2 Dinâmicas populacionais e condicionantes sociais da Sub-Região de Guanambi

O crescimento populacional da sub-região de Guanambi, nos últimos anos, acompanhou a tendência já verificada em Bom Jesus da Lapa. O principal município da sub-região, que já cresceu nas décadas de 1970 e 1980 a taxas superiores a 3%, na década de 1990 teve o seu crescimento reduzido para 1%, e a principal causa para essa abrupta queda pode ser encontrada na grande crise da cultura do algodão, sustentáculo da economia regional durante décadas, e que, depois da praga do bicudo, foi praticamente dizimada dos campos de todo o espaço sob a influência de Guanambi, tornando esta região, antes pólo de atração de mão-de-obra, espaço de perda populacional a partir da migração de expressivos contingentes populacionais.

Os municípios de Urandi, Palmas do Monte Alto, Iuiú e Candiba apresentaram, no período de 1996/2000, taxas de crescimento anual negativas, sinalização que indica a persistência de uma crise ainda sem alternativas visíveis, e só os municípios de Sebastião Laranjeiras e Tanque Novo mantêm taxas de crescimento populacional acima de 2%, mas quando se observa a pequena base de pessoas nas quais estas taxas se aplicam, percebe-se que o impacto no balanço regional é quase insignificante.

Ainda como reafirmação da tendência verificada nas outras sub-regiões, o maior esvaziamento ocorre no campo e isto é indicativo de maior concentração de terras, fato que pode contribuir ainda mais para o aprofundamento da estagnação regional.

**Tabela 18**  
**População dos Municípios da Sub-Região de Guanambi nos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.**

Município	Sexo	Situação Domicílio	Ano				
			1970	1980		1991	
				Hab.	Var. Anual (%)	Hab.	Var. Anual (%)
Caetité	Homens	Urbana	4.061	5.310	2,72	8.007	3,80
		Rural	15.602	17.019	0,87	11.858	-3,23
	Mulheres	Urbana	4.638	5.908	2,45	8.918	3,81
		Rural	15.899	17.081	0,72	11.597	-3,46
	Subtotal		<b>40.200</b>	<b>45.318</b>	<b>1,21</b>	<b>40.380</b>	<b>-1,04</b>
Candiba	Homens	Urbana	806	1.203	4,09	2.016	4,81
		Rural	4.886	4.513	-0,79	4.344	-0,35
	Mulheres	Urbana	919	1.343	3,87	2.071	4,02
		Rural	4.825	4.432	-0,85	4.179	-0,53

	<b>Subtotal</b>		<b>11.436</b>	<b>11.491</b>	<b>0,05</b>	<b>12.610</b>	<b>0,85</b>
<b>Carinhanha</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.426	2.385	5,28	3.516	3,59
		<b>Rural</b>	8.145	8.699	0,66	9.531	0,83
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.695	2.689	4,72	3.809	3,22
		<b>Rural</b>	8.124	8.502	0,46	8.709	0,22
	<b>Subtotal</b>		<b>19.390</b>	<b>22.275</b>	<b>1,40</b>	<b>25.565</b>	<b>1,26</b>
<b>Guanambi</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	5.295	12.047	8,57	21.681	5,49
		<b>Rural</b>	10.087	10.449	0,35	10.457	0,01
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	5.963	12.857	7,99	23.446	5,61
		<b>Rural</b>	9.829	10.173	0,34	10.008	-0,15
<b>Guanambi</b>	<b>Subtotal</b>		<b>31.174</b>	<b>45.526</b>	<b>3,86</b>	<b>65.592</b>	<b>3,38</b>
<b>Iuiú</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	-	-	-	2.110	-
		<b>Rural</b>	-	-	-	3.431	-
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	-	-	-	2.117	-
		<b>Rural</b>	-	-	-	3.183	-
	<b>Subtotal</b>		-	-	-	<b>10.841</b>	-
<b>Malhada</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.384	1.937	3,42	1.356	-3,19
		<b>Rural</b>	6.971	8.179	1,61	6.397	-2,21
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.519	2.000	2,79	1.332	-3,63
		<b>Rural</b>	6.648	7.560	1,29	6.125	-1,90
	<b>Subtotal</b>		<b>16.522</b>	<b>19.676</b>	<b>1,76</b>	<b>15.210</b>	<b>-2,31</b>
<b>Matina</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	-	-	-	683	-
		<b>Rural</b>	-	-	-	3.875	-
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	-	-	-	706	<b>Cont.</b>
		<b>Rural</b>	-	-	-	3.735	-
	<b>Subtotal</b>		-	-	-	<b>8.999</b>	-
<b>Palmas de Monte Alto</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	809	1.111	3,22	2.582	7,97
		<b>Rural</b>	5.982	6.808	1,30	7.806	1,25
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	928	1.138	2,06	2.730	8,28
		<b>Rural</b>	5.855	6.667	1,31	7.359	0,90
	<b>Subtotal</b>		<b>13.574</b>	<b>15.724</b>	<b>1,48</b>	<b>20.477</b>	<b>2,43</b>
<b>Pindaí</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	551	809	3,92	1.494	5,73
		<b>Rural</b>	5.781	5.728	-0,09	6.918	1,73
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	631	912	3,75	1.554	4,96
		<b>Rural</b>	5.876	5.677	-0,34	6.609	1,39
	<b>Subtotal</b>		<b>12.839</b>	<b>13.126</b>	<b>0,22</b>	<b>16.575</b>	<b>2,14</b>
<b>Sebastião Laranjeiras</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	514	731	3,58	1.251	5,01
		<b>Rural</b>	2.465	2.552	0,35	3.411	2,67
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	508	757	4,07	1.278	4,88
		<b>Rural</b>	2.372	2.364	-0,03	3.150	2,64
	<b>Subtotal</b>		<b>5.859</b>	<b>6.404</b>	<b>0,89</b>	<b>9.090</b>	<b>3,24</b>

Tanque Novo	Homens	Urbana	-	-	-	1.623	-
		Rural	-	-	-	4.700	-
	Mulheres	Urbana	-	-	-	1.723	-
		Rural	-	-	-	4.615	-
	Subtotal		-	-	-	<b>12.661</b>	-
Urandi	Homens	Urbana	824	969	1,63	1.654	4,98
		Rural	5.272	5.620	0,64	6.390	1,17
	Mulheres	Urbana	846	1.049	2,17	1.818	5,13
		Rural	5.429	5.657	0,41	6.112	0,71
Urandi	Subtotal		<b>12.371</b>	<b>13.295</b>	<b>0,72</b>	<b>15.974</b>	<b>1,68</b>
	TOTAL		<b>163.365</b>	<b>192.835</b>	<b>1,67</b>	<b>253.974</b>	<b>2,54</b>

Fonte: SIDRA, IBGE.

**Tabela 19**  
**População dos Municípios da Sub-Região de Guanambi nos**  
**Censos Demográficos de 1996 e 2000.**

Município	Sexo	Situação Domicílio	Ano			
			1996		2000	
			Hab.	Var. Anual (%)	Hab.	Var. Anual (%)
Caetité	Homens	Urbana	9.683	3,87	11.157	3,61
		Rural	11.583	-0,47	11.112	-1,03
	Mulheres	Urbana	10.867	4,03	12.302	3,15
		Rural	11.385	-0,37	10.519	-1,96
	Subtotal		<b>43.518</b>	<b>1,51</b>	<b>45.090</b>	<b>0,89</b>
Candiba	Homens	Urbana	2.312	2,78	3.052	7,19
		Rural	4.070	-1,29	3.118	-6,44
	Mulheres	Urbana	2.369	2,73	3.107	7,01
		Rural	3.823	-1,76	2.847	-7,10
	Subtotal		<b>12.574</b>	<b>-0,06</b>	<b>12.124</b>	<b>-0,91</b>
Carinhanha	Homens	Urbana	4.589	5,47	5.165	3,00
		Rural	8.903	-1,35	8.845	-0,16
	Mulheres	Urbana	4.825	4,84	5.318	2,46
		Rural	7.849	-2,06	7.944	0,30

	<b>Subtotal</b>		<b>26.166</b>	<b>0,47</b>	<b>27.272</b>	<b>1,04</b>
<b>Guanambi</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	23.924	1,99	25.994	2,10
		<b>Rural</b>	9.696	-1,50	9.134	-1,48
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	25.861	1,98	28.009	2,01
		<b>Rural</b>	9.122	-1,84	8.591	-1,49
	<b>Subtotal</b>		<b>68.603</b>	<b>0,90</b>	<b>71.728</b>	<b>1,12</b>
<b>Iuiú</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	2.143	0,31	2.297	1,75
		<b>Rural</b>	3.670	1,36	3.147	-3,77
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	2.161	0,41	2.274	1,28
		<b>Rural</b>	3.256	0,45	2.771	-3,95
	<b>Subtotal</b>		<b>11.230</b>	<b>0,71</b>	<b>10.489</b>	<b>-1,69</b>
<b>Malhada</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.642	3,90	3.027	16,52
		<b>Rural</b>	6.050	-1,11	4.976	-4,77
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.636	4,20	3.046	16,81
		<b>Rural</b>	5.635	-1,65	4.565	-5,13
	<b>Subtotal</b>		<b>14.963</b>	<b>-0,33</b>	<b>15.614</b>	<b>1,07</b>
<b>Matina</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.228	12,45	1.345	2,30
		<b>Rural</b>	3.733	-0,74	3.885	1,00
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.288	12,78	1.414	2,36
		<b>Rural</b>	3.480	-1,40	3.598	0,84
	<b>Subtotal</b>		<b>9.729</b>	<b>1,57</b>	<b>10.242</b>	<b>1,29</b>
<b>Palmas de Monte Alto</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	3.148	4,04	3.217	<b>Cont.</b> 0,54
		<b>Rural</b>	7.279	-1,39	7.015	-0,92
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	3.354	4,20	3.440	0,63
		<b>Rural</b>	6.871	-1,36	6.427	-1,66
	<b>Subtotal</b>		<b>20.652</b>	<b>0,17</b>	<b>20.099</b>	<b>-0,68</b>
<b>Pindaí</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.540	0,61	1.775	3,61
		<b>Rural</b>	5.950	-2,97	6.108	0,66
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.626	0,91	1.856	3,36
		<b>Rural</b>	5.760	-2,71	5.755	-0,02
	<b>Subtotal</b>		<b>14.876</b>	<b>-2,14</b>	<b>15.494</b>	<b>1,02</b>
<b>Sebastião Laranjeiras</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.695	6,26	1.805	1,58
		<b>Rural</b>	2.550	-5,65	2.936	3,59
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.700	5,87	1.834	1,91
		<b>Rural</b>	2.341	-5,76	2.708	3,71
	<b>Subtotal</b>		<b>8.286</b>	<b>-1,84</b>	<b>9.283</b>	<b>2,88</b>
<b>Tanque Novo</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	2.349	7,67	2.752	4,04
		<b>Rural</b>	4.804	0,44	5.214	2,07
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	2.425	7,07	2.783	3,50
		<b>Rural</b>	4.628	0,06	5.022	2,06
	<b>Subtotal</b>		<b>14.206</b>	<b>2,33</b>	<b>15.771</b>	<b>2,65</b>

<b>Urandi</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	2.230	6,16	2.336	1,17
		<b>Rural</b>	6.554	0,51	5.813	-2,95
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	2.418	5,87	2.394	-0,25
		<b>Rural</b>	6.248	0,44	5.533	-2,99
	<b>Subtotal</b>		<b>17.450</b>	<b>1,78</b>	<b>16.076</b>	<b>-2,03</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>262.253</b>	<b>0,64</b>	<b>269.282</b>	<b>0,66</b>

Fonte: SIDRA, IBGE.

O saneamento básico na região de Guanambi, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, apresenta os mesmos problemas verificados nos espaços polarizados pelos municípios de Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória, ou seja, baixo percentual de ligações à rede geral de esgoto ou mesmo à rede pluvial, um número muito grande de domicílios, principalmente no meio rural, que não tinham banheiro nem sanitário, e um expressivo número de domicílios que tem o seu escoamento sanitário ligado às fossas rudimentares, sendo estes fatores limitadores à fixação de mão-de-obra especializada em qualquer região.

Mas é importante fazer o registro que a realidade do saneamento básico identificada pelo Censo Demográfico de 2000, vem sofrendo muitas modificações a partir do fomento do Governo Federal e do apoio das agências internacionais de financiamento e, no caso da área urbana de Guanambi, estas transformações parecem ter sido mais profundas, pois o município, depois de uma pesquisa feita pela ONU em 2005, ficou entre os 158 municípios brasileiros que mais investiram em infra-estrutura e em 2006 recebeu pela segunda vez o Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento, pois, segundo dados colhidos na Prefeitura Municipal, o esgotamento sanitário na área urbana do município saltou de 55% para 75% do total dos domicílios que hoje são ligados à rede geral de esgoto.

A distribuição e o volume total da renda dos habitantes do município também acompanham a tendência das demais sub-regiões aqui enfocadas. No entanto, pode-se afirmar que na sub-região de Guanambi, tanto a distribuição quanto o volume de renda mostram números mais positivos.

### 5.2.3 Educação

**Tabela 20**  
**Grau de Instrução da População da Sub-Região de Guanambi.**

Municípios	População	Frequência à escola	10 anos ou mais de idade					
			Sem instrução e menos de um ano de estudo	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 a 14 anos de estudo	15 ou mais
<b>Guanambi</b>	<b>82.817</b>	25.068	9.916	14.092	18.604	6.293	7.854	990
<b>Candiba</b>	<b>13.652</b>	3.771	1.942	3.379	3.032	668	810	50
<b>Pindaí</b>	<b>17.556</b>	5.408	2.849	4.152	3.804	694	635	14
<b>Matina</b>	<b>11.517</b>	3.919	2.358	2.713	1.893	353	275	6
<b>Caetité</b>	<b>51.386</b>	15.736	8.252	12.280	9.578	2.187	2.753	600
<b>Palmas de Monte Alto</b>	<b>22.742</b>	7.152	4.570	5.446	4.297	707	534	36
<b>Sebastião Laranjeiras</b>	<b>10.662</b>	3.556	1.870	2.309	2.108	396	423	0
<b>Urandi</b>	<b>18.545</b>	5.946	2.591	4.102	4.484	703	658	61
<b>Tanque Novo</b>	<b>17.091</b>	4.885	3.356	4.856	3.103	486	392	13
<b>Iuiu</b>	<b>11.793</b>	3.960	2.204	2.667	2.051	501	410	0
<b>Carinhanha</b>	<b>30.676</b>	10.792	6.306	6.279	5.187	1.161	911	40
<b>Malhada</b>	<b>17.710</b>	6.337	3.074	3.974	3.291	569	459	6
<b>TOTAL</b>	<b>306.147</b>	96.530	49.288	66.249	61.432	14.718	16.114	1.816
<b>%</b>	<b>100,00</b>	<b>31,53</b>	<b>16,10</b>	<b>21,64</b>	<b>20,07</b>	<b>4,81</b>	<b>5,26</b>	<b>0,59</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

**Tabela 21**  
Egressos do Ensino Médio na Sub-Região de Guanambi de instituições estaduais, municipais e particulares.

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Guanambi</b>	1.132	1.354	1.086	1.028	1.099
<b>Candiba</b>	118	97	113	68	-
<b>Pindaí</b>	94	92	-	295	218
<b>Matina</b>	65	70	57	57	108
<b>Caetité</b>	498	466	323	282	176
<b>Palmas de Monte Alto</b>	92	136	183	153	-
<b>Sebastião Laranjeiras</b>	98	92	36	103	192
<b>Urandi</b>	105	106	64	123	190
<b>Tanque Novo</b>	79	91	34	154	188
<b>Iuiú</b>	63	121	35	128	-
<b>Carinhanha</b>	209	218	73	296	373
<b>Malhada</b>	137	130	176	89	155

<b>TOTAL</b>	<b>2.690</b>	<b>2.973</b>	<b>2.180</b>	<b>2.776</b>	<b>2.699</b>
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

### 5.3 A SUB-REGIÃO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA

A sub-região de Santa Maria da Vitória é, de todas as áreas focadas neste estudo, a mais desarticulada e fragmentada. As causas principais para tal situação podem ser encontradas na fragilidade da rede de comunicação, na diferenciação dos tempos técnicos dos espaços agrícolas, no dinamismo econômico muito diferenciado entre os municípios, nas estruturas fundiárias e na ausência de uma rede mínima de serviços que viabilize o enxameamento de segmentos produtivos e adensamento dos mesmos.

#### 5.3.1 Dinâmicas econômicas da Sub-Região de Santa Maria da Vitória

Santa Maria da Vitória é o município que poderia se definir como pólo regional, no entanto, pelo fato de estar em um espaço muito atomizado não consegue ser um efetivo articulador regional, expressando esta situação em continuadas quedas do seu Produto Interno Bruto. No ano de 2004, o município de Santa Maria da Vitória teve uma queda de 4,24% no seu PIB e, mesmo considerando que, em uma análise econômica, deve-se apreciar o peso de São Félix do Coribe, município separado de Santa Maria pelo Rio Corrente, somando-se o PIB destes dois municípios não se alcançaria nem a metade do PIB de Correntina e ainda ficaria abaixo do de Canápolis, abrindo uma possibilidade para a ocorrência de uma redefinição da rede regional que promova a substituição dos atuais pólos centralizadores. Canápolis, Cocos, Correntina e Jaborandi são municípios que passam por intensas transformações econômicas em decorrência da inserção dos mesmos nos circuitos do agronegócio, fato que explica a diferença abismal entre o PIB per capita dos mesmos em relação aos demais.

Municípios como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, que exercem as funções efetivas de pólos regionais no oeste da Bahia, tem isoladamente Produtos Internos Brutos quase dez vezes maiores do que os PIBs das duas cidades referidas e ainda conseguem ser maiores do que todo o conjunto dos municípios da sub-região de Santa Maria da Vitória.

**Tabela 22**  
**Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per Capita na Sub-Região**  
**de Santa Maria da Vitória nos anos de 2001 e 2002.**

Municípios Agrupados por Microrregiões	Produto Interno Bruto						
	2001			2002			
	A preços correntes (1.000 R\$)	Participação no PIB da Bahia (%)	Per capita (R\$)	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	Varição Real (%)	(%)Participação no PIB da Bahia	Per capita (R\$)
<b>BRASIL</b>	<b>1.198.736.188</b>		<b>6.896</b>	<b>1.221.884.373</b>	<b>1,93</b>	<b>-</b>	<b>7.631</b>
<b>BAHIA</b>	<b>52.249.320</b>	-	<b>3.936</b>	<b>56.375.048</b>	<b>7,90</b>	<b>-</b>	<b>4.631</b>
Santa Maria da Vitória	60.205	0,12	1.461	68.120	13,15	0,12	1.822
São Félix do Coribe	25.161	0,05	2.450	32.160	27,81	0,06	3.025
Canápolis	103.073	0,20	10.633	111.071	7,76	0,20	13.455
Jaborandi	36.163	0,07	3.599	40.236	11,27	0,07	4.481
Santana	54.192	0,10	2.253	54.988	1,47	0,10	2.525
Correntina	131.920	0,25	4.252	157.767	19,59	0,28	5.551
Coribe	35.472	0,07	2.316	32.657	-7,94	0,06	2.332
Serra Dourada	31.061	0,06	1.715	31.641	1,87	0,06	1.919
Tabocas do Brejo Velho	15.034	0,03	1.170	15.201	1,11	0,03	<b>Cont.</b> 1.289
Cocos	35.574	0,07	1.989	46.251	30,01	0,08	2.820
Brejolândia	24.500	0,05	2.939	27.464	12,10	0,05	3.756
<b>SUBTOTAL</b>	<b>552.356</b>	<b>1,06</b>	<b>-</b>	<b>617.557</b>	<b>11,8</b>	<b>1,10</b>	<b>-</b>

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE, 2004.

**Tabela 23**  
**Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per Capita na Sub-Região de Santa Maria da Vitória nos anos de 2003 e 2004.**

Unidades Territoriais	Produto Interno Bruto							
	2003				2004			
	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	Varição Real (%)	Participação no PIB da Bahia (%)	Per capita (R\$)	A preços do ano anterior (1.000 R\$)	Varição Real (%)	(%) Participação no PIB da Bahia	Per capita (R\$)
<b>BRASIL</b>	<b>135.331.309</b>	<b>0,54</b>	-	<b>8.694</b>	<b>1.633.038.505</b>	<b>4,94</b>	-	<b>9.729</b>
<b>BAHIA</b>	<b>63.628.566</b>	<b>2,46</b>	-	<b>5.402</b>	<b>80.312.495</b>	<b>9,77</b>	-	<b>6.350</b>
Santa Maria da Vitória	76.390	1,80	0,12	2.134	84.115	-4,24	0,10	2.213
São Félix do Coribe	33.821	-4,53	0,05	3.325	40.433	3,97	0,05	3.746
Canápolis	106.432	-13,01	0,17	14.417	139.201	13,74	0,17	19.098
Jaborandi	57.050	28,71	0,09	6.739	66.086	0,74	0,08	7.472
Santana	71.116	17,40	0,11	3.417	82.342	0,69	0,10	3.732
Correntina	211.304	21,58	0,33	7.689	253.595	4,37	0,32	8.598
Coribe	33.611	-6,57	0,05	2.488	38.926	0,72	0,05	2.691
Serra Dourada	34.950	0,27	0,05	2.205	43.268	7,66	0,05	2.559
Tabocas do Brejo Velho	17.546	4,78	0,03	1.535	21.875	8,42	0,03	1.779
Cocos	54.314	6,60	0,09	3.422	59.570	4,62	0,07	3.494
Brejolândia	27.866	-7,90	0,04	4.122	32.685	2,00	0,04	4.730
<b>SUBTOTAL</b>	<b>724.398</b>	<b>6,48</b>	<b>1,14</b>		<b>862.096</b>	<b>3,49</b>	<b>1,0</b>	

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE, 2004.

Alguns municípios, a exemplo de Correntina e Canápolis, apresentam potencial turístico e de prática de agricultura de alto rendimento muito maior do que Santa Maria da Vitória/São Felix, fato que aponta para o aprofundamento da perda da importância destes municípios no contexto regional. E ainda cabe destacar que a Região, embora ocupe uma parcela expressiva do território baiano, representou apenas 1,07% do Produto Interno Bruto da Bahia em 2004.

Como um cenário futuro pode-se esperar uma maior dinâmica de crescimento econômico, a partir da implementação dos projetos vinculados à revitalização do Rio São Francisco, pois toda esta sub-região é atravessada por importantes tributários do rio, fato que torna compulsório o investimento nessas bacias, por intermédio de projetos e ações que visem à utilização racional da irrigação, melhoria de circuitos comerciais, introdução de novos cultivos, regularização e reestruturação fundiária.

A estrutura fundiária da sub-região de Santa Maria da Vitória apresenta uma distorção ainda mais grave do que a desequilibrada distribuição de terras da região. Os estabelecimentos até 100 hectares, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, representaram 16% da área total dos estabelecimentos e mais de 85% do número total dos estabelecimentos. Enquanto na outra ponta, os estabelecimentos com mais de 2000 hectares participavam com 55% da área total dos estabelecimentos e apenas com 0,82% do número total dos estabelecimentos agropecuários.

É importante chamar a atenção de que esta perversa distribuição de terras vai ao encontro de modelo de exploração agropecuária baseada em um uso irracional dos recursos naturais daquele espaço. A mudança do padrão tecnológico da exploração atual, aliada aos projetos de recuperação das bacias hidrográficas degradadas por este modelo, pode ensejar uma profunda modificação desta injusta distribuição de terras, de técnicas e de capital.

**Tabela 24**  
**Número de estabelecimentos por grupos de área total na Sub-Região de Santa Maria da Vitória.**

<b>TOTAL</b>	<b>21.100</b>	<b>100%</b>
Menos de 20 ha	11774	55,80
20 a menos de 100 ha	6186	29,32
100 a menos de 200 ha	1009	4,78
200 a menos de 500 ha	605	2,87
500 a menos de 1.000 ha	202	0,96

1.000 a menos de 2.000 ha	86	0,41
2.000 a menos de 5.000 ha	95	0,45
5.000 a menos de 10.000 ha	38	0,18
10.000 a menos de 100.000 ha	35	0,17
100.000 há e mais	0	0,00
Sem declaração	4	0,02

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

**Tabela 25**  
**Área dos estabelecimentos por grupos de área total na Sub-Região de Santa Maria da Vitória.**

<b>TOTAL</b>	<b>2093611</b>	<b>100</b>
Menos de 20 ha	82825	3,96
20 a menos de 100 ha	259322	12,39
100 a menos de 200 ha	130375	6,23
200 a menos de 500 ha	174168	8,32
500 a menos de 1.000 ha	130242	6,22
1.000 a menos de 2.000 ha	111896	5,34
2.000 a menos de 5.000 ha	278788	13,32
5.000 a menos de 10.000 ha	245973	11,75
10.000 a menos de 100.000 ha	636610	30,41
100.000 há e mais	0	0,00
Sem declaração	0	0,00

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

### 5.3.2 Dinâmicas populacionais e condicionantes sociais da Sub-Região de Santa Maria da Vitória

A sub-região de Santa Maria da Vitória, dentre as três focadas neste estudo, é a que apresenta os maiores problemas no seu crescimento populacional, em razão de persistentes taxas de crescimento negativo em alguns municípios vir ocorrendo ao longo das últimas décadas e de este fenômeno ter recrudescido de modo muito mais abrangente nos últimos anos.

No período de 1996/2000, segundo informações do Censo Demográfico do IBGE, dos onze municípios que compõem a região, seis deste apresentaram perdas absolutas de população, que se traduzem nas taxas negativas de crescimento anual, a exemplo de Brejolândia que em 1991 tinha uma população de 11.268 pessoas e no ano 2000 sofreu uma redução para 8.762, representando no período 1991/1996 um crescimento negativo anual de 3,08%, número que ficou negativo em 2,35% no período de 1996/2000.

O fato mais preocupante desta tendência talvez seja o fato de os municípios considerados pólos regionais, Santa Maria da Vitória e São Felix do Coribe, terem registrado

taxas de crescimento anual negativo, agravando-se ainda pelo fato de estas taxas terem valores mais elevados no campo, indicando que há uma tendência à concentração de terras, fato revelador da profunda estagnação regional.

O balanço regional do crescimento da população indica uma taxa de crescimento negativa de 0,14 e mesmo os municípios que apresentam crescimento positivo não conseguem sustentar uma taxa de crescimento que indique a existência de atividade econômica geradora de empregos, evidenciando a necessidade de se pensar um redirecionamento das ações e intervenções regionais no sentido de reverter esta situação.

**Tabela 26**  
**População dos Municípios da Sub-Região de Santa Maria da Vitória nos**  
**Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.**

Município	Sexo	Situação do domicílio	Ano				
			1970	1980		1991	
				Hab.	Var. Anual (%)	Hab.	Var. Anual (%)
Brejolândia	Homens	Urbana	368	426	1,47	753	5,31
		Rural	3.663	4.223	1,43	5.065	1,67
	Mulheres	Urbana	325	445	3,19	760	4,99
		Rural	3.771	3.979	0,54	4.690	1,51
	<b>Subtotal</b>		<b>8.127</b>	<b>9.073</b>	<b>1,11</b>	<b>11.268</b>	<b>1,99</b>

Canápolis	Homens	Urbana	459	791	5,59	831	0,45
		Rural	3.543	3.948	1,09	4.007	0,13
	Mulheres	Urbana	518	795	4,38	807	0,14
		Rural	3.678	3.905	0,60	3.830	-0,18
	Subtotal		<b>8.198</b>	<b>9.439</b>	<b>1,42</b>	<b>9.475</b>	<b>0,03</b>
Cocos	Homens	Urbana	1.075	1.722	4,82	2.391	3,03
		Rural	5.455	6.118	1,15	5.695	-0,65
	Mulheres	Urbana	1.099	1.806	5,09	2.581	3,30
		Rural	5.610	6.084	0,81	5.316	-1,22
	Subtotal		<b>13.239</b>	<b>15.730</b>	<b>1,74</b>	<b>15.983</b>	<b>0,15</b>
Coribe	Homens	Urbana	582	1.153	7,08	2.362	6,74
		Rural	8.739	8.372	-0,43	4.869	-4,81
	Mulheres	Urbana	601	1.218	7,32	2.463	6,61
		Rural	8.653	8.106	-0,65	4.473	-5,26
	Subtotal		<b>18.575</b>	<b>18.849</b>	<b>0,15</b>	<b>14.167</b>	<b>-2,56</b>
Correntina	Homens	Urbana	1.312	2.091	4,77	4.147	6,42
		Rural	13.311	14.928	1,15	9.757	-3,79
	Mulheres	Urbana	1.630	2.338	3,67	4.489	6,11
		Rural	14.112	15.426	0,89	9.612	-4,21
	Subtotal		<b>30.365</b>	<b>34.783</b>	<b>1,37</b>	<b>28.005</b>	<b>-1,95</b>
Jaborandi	Homens	Urbana	-	-	-	841	-
		Rural	-	-	-	5.110	-
	Mulheres	Urbana	-	-	-	846	-
		Rural	-	-	-	4.895	-
	Subtotal		-	-	-	<b>11.692</b>	-
Santa Maria da Vitória	Homens	Urbana	3.698	8.443	8,61	10.228	1,76
		Rural	11.536	10.752	-0,70	10.446	-0,26
	Mulheres	Urbana	4.042	8.819	8,11	10.546	1,64
		Rural	11.940	10.745	-1,05	10.308	-0,38
	Subtotal		<b>31.216</b>	<b>38.759</b>	<b>2,19</b>	<b>41.528</b>	<b>0,63</b>
Santana	Homens	Urbana	2.864	4.255	4,04	5.677	<b>Cont.</b> 2,66
		Rural	6.499	6.578	0,12	6.819	0,33
	Mulheres	Urbana	3.322	4.731	3,60	5.912	2,05
		Rural	6.433	6.334	-0,15	6.261	-0,11
	Subtotal		<b>19.118</b>	<b>21.898</b>	<b>1,37</b>	<b>24.669</b>	<b>1,09</b>
São Félix do Coribe	Homens	Urbana	-	-	-	3.357	-
		Rural	-	-	-	2.672	-
	Mulheres	Urbana	-	-	-	3.407	-
		Rural	-	-	-	2.480	-
	Subtotal		-	-	-	<b>11.916</b>	-

<b>Serra Dourada</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	563	1.003	5,94	2.093	6,92
		<b>Rural</b>	6.818	7.445	0,88	6.932	-0,65
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	697	1.096	4,63	2.149	6,31
		<b>Rural</b>	6.807	7.097	0,42	6.299	-1,08
	<b>Subtotal</b>		<b>14.885</b>	<b>16.641</b>	<b>1,12</b>	<b>17.473</b>	<b>0,44</b>
<b>Tabocas do Brejo Velho</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	510	835	5,05	1.353	4,49
		<b>Rural</b>	3.418	4.453	2,68	4.337	-0,24
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	584	982	5,33	1.413	3,36
		<b>Rural</b>	3.505	4.399	2,30	4.178	-0,47
	<b>Subtotal</b>		<b>8017</b>	<b>10.669</b>	<b>2,90</b>	<b>11.281</b>	<b>0,51</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>151.740</b>	<b>175.841</b>	<b>1,49</b>	<b>197.457</b>	<b>1,06</b>

Fonte: SIDRA, IBGE.

**Tabela 27**  
**População dos Municípios da Sub-Região de Santa Maria da Vitória nos**  
**Censos Demográficos de 1996 e 2000.**

<b>Município</b>	<b>Sexo</b>	<b>Situação do domicílio</b>	<b>Ano</b>			
			<b>1996</b>		<b>2000</b>	
			<b>Hab.</b>	<b>Var. Anual (%)</b>	<b>Hab.</b>	<b>Var. Anual (%)</b>
<b>Brejolândia</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	807	1,39	877	2,10
		<b>Rural</b>	4.182	-3,76	3.662	-3,27
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	864	2,60	955	2,54
		<b>Rural</b>	3.782	-4,21	3.268	-3,59

	<b>Subtotal</b>		<b>9.635</b>	<b>-3,08</b>	<b>8.762</b>	<b>-2,35</b>
<b>Canápolis</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.118	6,11	1.232	2,46
		<b>Rural</b>	3.924	-0,42	3.690	-1,53
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.091	6,22	1.306	4,60
		<b>Rural</b>	3.765	-0,34	3.515	-1,70
<b>Canápolis</b>	<b>Subtotal</b>		<b>9.898</b>	<b>0,88</b>	<b>9.743</b>	<b>-0,39</b>
<b>Cocos</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	2.850	3,57	3.211	3,03
		<b>Rural</b>	5.913	0,75	5.890	-0,10
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	2.883	2,24	3.213	2,75
		<b>Rural</b>	5.479	0,61	5.297	-0,84
	<b>Subtotal</b>		<b>17.125</b>	<b>1,39</b>	<b>17.611</b>	<b>0,70</b>
<b>Coribe</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	2.665	2,44	2.813	1,36
		<b>Rural</b>	5.268	1,59	4.994	-1,33
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	2.727	2,06	2.882	1,39
		<b>Rural</b>	4.980	2,17	4.459	-2,72
	<b>Subtotal</b>		<b>15.640</b>	<b>2,00</b>	<b>15.148</b>	<b>-0,80</b>
<b>Correntina</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	4.739	2,70	5.479	3,69
		<b>Rural</b>	10.074	0,64	9.811	-0,66
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	5.148	2,78	5.876	3,36
		<b>Rural</b>	9.742	0,27	9.417	-0,84
	<b>Subtotal</b>		<b>29.703</b>	<b>1,18</b>	<b>30.583</b>	<b>0,73</b>
<b>Jaborandi</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	843	0,05	971	3,60
		<b>Rural</b>	4.414	-2,89	4.362	-0,30
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	897	1,18	1.052	4,07
		<b>Rural</b>	4.089	-3,53	3.903	-1,16
	<b>Subtotal</b>		<b>10.243</b>	<b>-2,61</b>	<b>10.288</b>	<b>0,11</b>
<b>Santa Maria da Vitória</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	10.832	1,15	11.270	1,00
		<b>Rural</b>	10.318	-0,25	9.578	-1,84
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	11.222	1,25	11.517	0,65
		<b>Rural</b>	9.723	-1,16	8.896	-2,20
	<b>Subtotal</b>		<b>42.095</b>	<b>0,27</b>	<b>41.261</b>	<b>-0,50</b>
<b>Santana</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	6.032	1,22	6.189	<b>Cont.</b> 0,64
		<b>Rural</b>	6.153	-2,03	6.182	0,12
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	6.224	1,03	6.307	0,33
		<b>Rural</b>	5.450	-2,74	5.461	0,05
	<b>Subtotal</b>		<b>23.859</b>	<b>-0,67</b>	<b>24.139</b>	<b>0,29</b>
<b>São Félix do Coribe</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	3.966	3,39	4.236	1,66
		<b>Rural</b>	2.295	-3,00	1.725	-6,89
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	4.055	3,54	4.316	1,57
		<b>Rural</b>	1.977	-4,43	1.481	-6,97
	<b>Subtotal</b>		<b>12.293</b>	<b>0,62</b>	<b>11.758</b>	<b>-1,11</b>

<b>Serra Dourada</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	2.644	4,78	2.665	0,20
		<b>Rural</b>	7.033	0,29	6.657	-1,36
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	2.731	4,91	2.712	-0,17
		<b>Rural</b>	6.420	0,38	5.981	-1,76
	<b>Subtotal</b>		<b>18.828</b>	<b>1,50</b>	<b>18.015</b>	<b>-1,10</b>
<b>Tabocas do Brejo Velho</b>	<b>Homens</b>	<b>Urbana</b>	1.542	2,65	1.718	2,74
		<b>Rural</b>	4.486	0,68	4.815	1,79
	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	1.505	1,27	1.713	3,29
		<b>Rural</b>	4.209	0,15	4.373	0,96
<b>Tabocas do Brejo Velho</b>	<b>Subtotal</b>		<b>11.742</b>	<b>0,80</b>	<b>12.619</b>	<b>1,82</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>201.061</b>	<b>0,36</b>	<b>199.927</b>	<b>-0,14</b>

Fonte: SIDRA, IBGE.

Os dados sobre o saneamento básico demonstram a total carência da região. Nos municípios de Santa Maria da Vitória e São Felix do Coribe, segundo o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, apenas 0,44% dos 12.027 domicílios estavam ligados a rede geral de esgoto, enquanto que 66,57% deste total possuíam fossa rudimentar e 28,68% dos domicílios não possuíam sequer banheiro nem sanitário.

A situação destes dois municípios retrata o quadro do saneamento básico regional, mas quando se verifica os demais municípios componentes da região, vê-se que em muitos deles a situação é ainda mais grave.

### 5.3.3 Educação

**Tabela 28**  
**Grau de Instrução da População da Sub-Região de Santa Maria da Vitória.**

<b>Municípios</b>	<b>População</b>	<b>Frequência a escola</b>	<b>10 anos ou mais de idade</b>					
			<b>Sem instrução e menos de um ano de estudo</b>	<b>1 a 3 anos de estudo</b>	<b>4 a 7 anos de estudo</b>	<b>8 a 10 anos de estudo</b>	<b>11 a 14 anos de estudo</b>	<b>15 ou mais</b>
Santa Maria	<b>47.524</b>	15.604	7.330	10.214	9.540	2.342	2.329	165

da Vitória								
São Felix do Coribe	<b>13.766</b>	4.568	2.082	2.402	3.151	833	720	10
Canápolis	<b>10.921</b>	3.628	2.332	2.234	1.896	310	516	5
Jaborandi	<b>11.912</b>	3.894	2.560	2.683	2.081	393	293	8
Santana	<b>26.912</b>	8.304	4.405	5.805	5.292	1.411	1.675	20
Correntina	<b>35.706</b>	12.116	6.691	7.588	6.126	1.522	1.584	79
Coribe	<b>17.284</b>	5.335	3.426	3.874	3.571	624	446	8
Serra Dourada	<b>21.163</b>	6.885	3.308	3.805	5.067	1.363	729	6
Tabocas do Brejo Velho	<b>14.063</b>	4.403	2.990	3.128	2.412	599	521	10
Cocos	<b>18.883</b>	5.324	3.720	4.632	3.752	695	729	31
Brejolandia	<b>10.194</b>	3.014	1.636	2.435	2.350	489	270	0
<b>TOTAL</b>	<b>228.328</b>	73.075	40.480	48.800	45.238	10.581	9.812	342
<b>%</b>	<b>100</b>	<b>32,00</b>	<b>17,73</b>	<b>21,37</b>	<b>19,81</b>	<b>4,63</b>	<b>4,30</b>	<b>0,15</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

**Tabela 29**  
**Egressos do Ensino Médio na Sub-Região de Santa Maria da Vitória**  
**de instituições estaduais, municipais e particulares.**

<b>Municípios</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Santa Maria da Vitória</b>	331	584	228	320	50
<b>São Felix do Coribe</b>	144	36	66	143	92
<b>Canápolis</b>	73	-	-	-	157
<b>Jaborandi</b>	96	133	57	120	190
<b>Santana</b>	266	340	117	304	236

<b>Correntina</b>	238	272	98	338	36
<b>Coribe</b>	110	276	65	184	413
<b>Serra Dourada</b>	183	256	38	225	262
<b>Tabocas do Brejo Velho</b>	141	118	136	156	170
<b>Cocos</b>	121	74	75	312	72
<b>Brejolândia</b>	74	130	127	198	150
<b>TOTAL</b>	<b>4.476</b>	<b>2.219</b>	<b>1.007</b>	<b>2.300</b>	<b>1.828</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

## 6 VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE *CAMPI* DA UNIVASF NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

### 6.1 INTRODUÇÃO

No planejamento educacional tradicional, a definição da implantação de novos cursos superiores e das áreas a serem contempladas sempre obedeceu a duas lógicas básicas: a do **mercado de trabalho**, situação em que se identifica a necessidade de preparação de determinados profissionais para uma dada conjuntura econômica; a da **demanda social**, quando se busca atender às pressões espontâneas da sociedade por mais educação e, no caso

da educação superior, a procura por determinados cursos, sem se levar em conta a adequação dessa formação ao mercado.

As duas abordagens, embora tenham se tornado alvo de muitas críticas ao longo dos anos, pela limitação e incompletude das suas conseqüências, são praticadas de forma recorrente até os dias atuais. A primeira delas, a do **mercado de trabalho**, ainda muito utilizada pelo poder público, estabelece associações entre atividades econômicas regionais e cursos profissionais a elas relacionados, freqüentemente sem levar em conta as transformações que sofrem as conjunturas econômicas, fazendo com que, em muitos casos, ao final do período de formação, aquela mão-de-obra tenha se tornado inadequada ao mercado. Outro aspecto não considerado nessa abordagem é o quantitativo: como os cursos superiores implantados costumam ter uma longa permanência, rapidamente o mercado-alvo torna-se saturado, sobretudo nas localidades distantes dos grandes aglomerados urbanos.

A abordagem da **demand social** ainda é muito praticada pelas instituições empresariais de ensino superior que procuram atender a certas preferências por cursos com base em pesquisas de **marketing** para atendimento de potenciais consumidores de serviços educacionais. Um dos resultados mais visíveis desse “critério” de escolha é o número excessivo de matrículas nos cursos privados de Administração, Pedagogia, Normal Superior e Direito, áreas de formação que não demandam maiores investimentos de infra-estrutura, fato que reforça o interesse empresarial pelo seu oferecimento.

Um dos aspectos problemáticos dos mecanismos de definição acima descritos é a tendência de concentrar a oferta de cursos de graduação em regiões onde se localizam os grandes empreendimentos econômicos e aglomerados urbanos e populacionais, em detrimento de outras regiões, desperdiçando recursos e acarretando desequilíbrios. Tais desequilíbrios têm determinado o surgimento de novos ônus à educação em geral e, em particular, a áreas como as de tecnologias e saúde, fazendo crescer a percepção, por parte do Estado e da Sociedade, da urgência de políticas eficazes no que se refere à formação de recursos humanos mais orientados pelo interesse público.

Na década de 1960, teve grande impacto sobre o planejamento educacional a Teoria do Capital Humano, ao constatar que todo investimento em educação produz um acréscimo de produtividade econômica, que passou a ser conhecido como “terceiro fator”. Segundo essa Teoria, esse acréscimo traz benefícios não somente coletivos, para o conjunto da economia de uma nação ou região, como também para os indivíduos educados, na medida em que terão um retorno sob a forma de maior remuneração futura. A qualidade da mão-de-obra obtida, graças à formação escolar e profissional, potencializa a capacidade de trabalho e de produção na

medida em que os acréscimos marginais obtidos com essa formação proporcionam maiores ganhos para empresas e, também, para os trabalhadores.

A partir dessa teoria ganhou força a idéia de que a universalização da educação básica (até então defendida por razões humanísticas) e o aumento de investimentos em educação superior contribuiria de modo determinante para o enriquecimento global da sociedade. Essa expectativa otimista deu lugar, ainda no final dos anos setenta, à percepção de que os diplomados não estavam correspondendo aos postos de trabalho, seja quantitativamente seja em competências adquiridas. Paralelamente a essas constatações, a Teoria do Capital Humano foi alvo de muitas críticas, de inspiração marxista, denunciando que o retorno do investimento em educação favorece muito mais o empresariado do que o trabalhador. Nos anos seguintes, o interesse pela questão se reduziu, para retornar com bastante destaque, nesse final/início de milênio, através de inúmeros estudos teóricos e empíricos sobre a relação entre a educação e o mundo do trabalho.

Nos aspectos relativos à possibilidade e modos de inserção dos egressos da educação superior no sistema trabalho/emprego, embora haja muitas constatações relevantes, nem todas serão consideradas no presente documento, mas apenas algumas conclusões, já bastante consolidadas, relativas às competências cognitivas, gerais e específicas, esperadas de egressos para enfrentar um mundo do trabalho marcado, sobretudo, pela imprevisibilidade.

Os Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior<sup>4</sup>, realizada em Paris, em outubro de 1998, constituem-se numa importante fonte de dados acerca desse tema. Segundo o Relatório, a partir de pesquisas realizadas por especialistas no estudo das conexões entre trabalho e educação superior, pode-se afirmar que as características esperadas dos diplomados são as seguintes:

- a) flexibilidade;
- b) ser capaz e querer contribuir para a inovação e demonstrar criatividade;
- c) ser capaz de enfrentar a incerteza;
- d) estar animado pelo desejo e dotado de meios de aprender ao longo da vida;
- e) ter sensibilidade social e aptidão para a comunicação;
- f) ser capaz de trabalhar em equipe;
- g) ter espírito empreendedor;
- h) preparar-se para a internacionalização do mercado, familiarizando-se com culturas diferentes;

---

<sup>4</sup> Tendências da Educação Superior para o Século XXI. Brasília: UNESCO/CRUB/CAPES, 1999..

- i) possuir um largo espectro de competências genéricas em variados campos do conhecimento, especialmente as novas tecnologias, que formam a base das diversas competências profissionais.

O referido Relatório aponta ainda algumas evidências em favor de uma educação que ultrapasse as tradicionais especializações profissionais, ressaltando que os diplomados se diferenciam socialmente dos não diplomados pelo “poder, riqueza e possibilidades” à sua disposição, tornando-se capazes de lançar um olhar externo e crítico sobre suas especialidades. Em defesa do privilegiamento das competências gerais, o documento argumenta ainda que:

- a) os conhecimentos profissionais especializados tornam-se hoje rapidamente mais obsoletos que no passado;
- b) os campos de competência de um grande número de profissões ou funções nas empresas e órgãos públicos não são nitidamente delimitados, mas se definem em relação aos conhecimentos emanados das diferentes disciplinas acadêmicas;
- c) pessoas que aprenderam a ser flexíveis e adquiriram formação geral são consideradas mais aptas a se adaptarem mais facilmente a tarefas novas e inesperadas e enfrentarem a crise do emprego.

Inúmeras pesquisas sobre esse tema, realizadas nos últimos anos, no Brasil, têm confirmado essas constatações. Um importante trabalho, publicado em 2001 por três pesquisadores universitários<sup>5</sup> da área de educação e trabalho, intitulado “Política Educacional, Mudanças no Mundo do Trabalho e Reforma Curricular dos Cursos de Graduação no Brasil”, apresenta uma análise bastante esclarecedora das implicações da reestruturação produtiva da economia globalizada sobre as competências laborais esperadas dos profissionais egressos de cursos superiores de graduação, relacionando-as com as orientações emanadas das diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação, destacando-se nestas os conceitos de polivalência (ampliação de competências) e flexibilização curricular (adaptabilidade), claramente norteadoras dessas orientações curriculares.

Confirmando essas constatações, um estudo realizado, em 2006, pelo Observatório Universitário<sup>6</sup>, com o objetivo de identificar a relação entre a formação profissional dos egressos de cursos superiores e as funções que desempenham no mercado de trabalho, aponta para algumas constatações que indicam uma baixa correlação entre formação e ocupação. Na média geral, 53% dos portadores de diploma superior estão engajados em atividades que não

---

<sup>5</sup> Catani, Afrânio; Oliveira, João F.; Dourado, Luiz F. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, 2001.

<sup>6</sup> Ensino Universitário, Corporação e Profissão: Paradoxos e Dilemas Estratégicos do Brasil, nº 55, 2006.

se relacionam com a profissionalização obtida. Apenas o curso de Medicina apresentou uma correlação elevada de 75%. Esses dados exigem dos planejadores educacionais uma reflexão sobre a natureza e função dos cursos superiores de graduação, no sentido de rever essa profissionalização compulsória e precoce na contramão de um mundo do trabalho que necessita de indivíduos capazes de falar e escrever bem, possuir raciocínio lógico-quantitativo, conhecer ao menos uma língua estrangeira, solucionar problemas, fazer uso competente de novas tecnologias e, sobretudo, compreender o mundo complexo em que vivem.

Outro aspecto estreitamente relacionado com uma nova concepção de educação superior é o da interdisciplinaridade. Definida como o estabelecimento de nexos significativos entre os campos disciplinares, a interdisciplinaridade tornou-se uma exigência dos currículos contemporâneos, em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. E, embora o conhecimento no mundo atual seja produzido em âmbitos altamente especializados, o entendimento da totalidade desse mundo, cada vez mais complexo e multidimensional, requer dos processos formais de ensino-aprendizagem uma abordagem integradora, que confira sentido e significado ao conjunto de informações que se apresentam em fragmentos desconexos.

Com a implantação de cursos superiores na Região do Médio São Francisco Baiano abre-se uma janela de oportunidades para a modernização do ensino superior federal, no sentido de materializar uma proposta que transcende uma tradicional e estreita formação profissional, na medida em que venha oferecer aos estudantes a tão desejável formação geral, proporcionando as competências e habilidades compatíveis com a Sociedade do Conhecimento.

## 6.2 LOCALIZAÇÃO DOS *CAMPI*

Um aspecto problemático recorrente na implantação de *campi* universitários em locais muito distantes de grandes centros urbanos e sem uma infra-estrutura satisfatória de educação básica, saúde, cultura e lazer, é a recusa por parte do seu corpo docente - geralmente oriundo desses grandes centros - de fixação de residência nessas localidades. A exemplo do que já vem ocorrendo em diversas universidades *multicampi*, na Bahia e no Brasil, os professores têm preferido o desgaste de longas e freqüentes viagens entre o local de residência e o de trabalho, a fixar-se em pequenas cidades, sob alegação da inexistência de condições adequadas para si e para as suas famílias. Um efeito negativo dessa situação é a atitude de

expectativa do docente, desde o início das suas atividades, de transferir-se para um *campus* mais próximo ou mesmo a tentativa de fazer outros concursos, assumindo, assim, uma permanente atitude de distanciamento da instituição, que passa a ser encarada como local transitório e “de passagem”. Essa condição é bastante indesejável, do ponto de vista do desenvolvimento de uma cultura organizacional motivadora.

Os três municípios e seus entornos, que reivindicam implantação de um *campus*, possuem efetivamente as maiores concentrações populacionais da Região do Médio São Francisco Baiano. Cada um deles, entretanto, apresenta um tipo de prioridade em relação aos demais: Guanambi possui uma infra-estrutura urbana mais completa; Santa Maria da Vitória é o único que não possui nenhuma instituição de ensino superior pública e Bom Jesus da Lapa tem a seu favor uma localização geográfica mais centralizada considerando-se uma maior abrangência territorial.

Esse estudo admite a possibilidade de que, no caso da escolha de apenas um desses municípios para sediar uma Unidade da UNIVASF, possam ser considerados no processo de decisão fatores políticos, ou de outra natureza, sem que isso represente algum tipo de distorção ou equívoco de ordem técnica.

Vale ressaltar que esse estudo parte da premissa de que a oferta de educação superior numa região carente de infra-estrutura educacional e cultural não é uma “despesa a fundo perdido”, mas um investimento com retorno econômico, social e humano garantidos, com base em evidências empíricas de que uma maior escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, além de ser um elemento dinamizador das economias nacionais e regionais.

### 6.3 CLIENTELA POTENCIAL

Um elemento essencial na definição do local da implantação do *campus* é a existência de uma clientela potencial que garanta o preenchimento das vagas oferecidas, sob pena de desperdício de recursos pela elevação excessiva do custo-aluno. Serão considerados como clientela potencial nas regiões, os habitantes com 11 ou mais anos de estudos e o número anual de concluintes do ensino médio.

**Tabela 30**  
**População das três sub-regiões com 11 ou mais anos de escolaridade e concluintes do ensino médio.**

	<b>POPULAÇÃO COM 11 OU MAIS ANOS</b>	<b>CONCLUINTE DO ENSINO</b>
--	--	---------------------------------

SUB-REGIÃO	DE ESCOLARIDADE	MÉDIO - 2005
Bom Jesus da Lapa	13.629	3.048
Guanambi	17.930	2.699
Santa Maria da Vitória	10.154	1.828

Fonte: CODEVASF.

Subtraindo-se da população com 11 anos ou mais de escolaridade, os mais idosos, os que já possuem formação superior, os que já estão matriculados em cursos superiores e os que não teriam interesse em prosseguir os estudos, pode-se considerar, no máximo, um décimo dessa população como clientela potencial de novos cursos superiores, chegando-se a cerca 1.300 possíveis candidatos na sub-região de Bom Jesus da Lapa, 1.700 na sub-região de Guanambi e 1.000 na sub-região de Santa Maria da Vitória.

Os egressos do ensino médio são, entretanto, em termos de clientela potencial, considerados prioritários nesse tipo de estudo, e nesse caso, a sub-região de Bom Jesus da Lapa revela-se mais promissora na medida em que tem o maior número de egressos/ano (3.048 em 2005) e possui o menor número de matrículas no ensino superior já instalado.

A expansão do ensino superior privado nas modalidades presencial e a distância já alcançou, nos últimos anos, as regiões mais afastadas do País, e na Região do Médio São Francisco Baiano somou-se aos *campi* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), instalados nos Municípios de Caetité, Guanambi e Bom Jesus da Lapa. Os dados sobre a matrícula no ensino superior estão sendo apresentados nesse item em virtude da sua estreita vinculação à questão da clientela potencial.

**Tabela 31**  
**Matrícula no ensino superior na Região do Médio São Francisco Baiano em 2006.**

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	CURSOS	MODAL	ESFERA	MATR.
Bom Jesus da Lapa	UAB/UFOP	Pedagogia	A distância	Pública	50
Bom Jesus da Lapa	UAB/UFBA	Matemática	A distância	Pública	50
Bom Jesus da Lapa	FTC	Geog./Hist./ Matem./Biol. Letras/Normal Superior	A distância	Privada	430
Bom Jesus da Lapa	UNOPAR	Adm../Letras/Hist Cont./Serv.Social	A distância	Privada	187
Bom Jesus da Lapa	UNEB	Pedag./Adm.	Presencial	Pública	421
Serra do Ramalho	UNEB	Pedagogia	Presencial	Pública	89
Santa Maria da Vitória	FACITE	Normal Sup./Pedag. Administração	Presencial	Privada	250

Santa Maria da Vitória	EDUCON	Ciên.Cont./Serv. Social	A distância	Privada	36
Canápolis	FTC	Normal Sup./Letras/Hist./Geografia	A distância	Privada	66
Cocos	UNOPAR	Normal Sup./Pedag. Adm./Letras	A distância	Privada	298
Coribe	UNEB 2000	Pedagogia	Presencial	Pública	50
Correntina	FTC	Normal Sup./Letras/Hist./Geog./Biol./Matemática	A distância	Privada	320
Jaborandi	UNEB 2000	Pedagogia	Presencial	Pública	50
Santana	FTC	Normal Sup./Letras/Hist./Geografia	A distância	Privada	245
São Felix do Coribe	UNOPAR	Normal Sup./Pedag. Adm./Pedag./Turismo	A distância	Privada	400
Serra Dourada	FTC	Normal Sup./Letras/Hist./Geografia	A distância	Privada	282
Tabocas do Brejo Velho	UESPI	Normal Sup./Letras/Hist./Geografia	Presencial	Pública	148
Guanambi	UNEB	Pedag./Ed.Física/Administração Enfermagem	Presencial	Pública	<b>Cont.</b> 642
Guanambi	FG	Direito/Enferm/Ci n.Cont. Turismo/Bio medicina/ Fisiot/Adm.	Presencial	Privada	823
Guanambi	FTC	NormSup./Mat./ Física/Letras/Hist./Geo/ Qui/ Biol/ Adm./Ciên.Cont./ /Serviço Social	A distância	Privada	396
Guanambi	UNOPAR	Adm./Letras/Hist/ Ciências Contábeis. /Serv.Social/Adm	A distância	Privada	448
Igaporã	UNEB	Pedagogia	Presencial	Pública	SI
Cacitê	UNEB	Biol./Geog./Hist/ Letras/ Matemática	Presencial	Pública	SI

Fonte: CODEVASF.

**Tabela 32**  
**Área e Densidade Demográfica da unidade territorial.**

**Ano = 2000**

<b>Município</b>	<b>Variável</b>	
	<b>Área da unidade territorial (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Densidade demográfica (hab./km<sup>2</sup>)</b>
Bom Jesus da Lapa	4.132,90	13,15
Brejolândia	2.615,40	3,35
Caetité	2.357,70	19,19
Canápolis	464,40	20,96
Candiba	397,90	30,46
Carinhanha	2.752,10	9,86
Cocos	10.084,50	1,75
Coribe	2.678,50	5,65
Correntina	11.592,90	2,64
Guanambi	1.259,80	56,93
Ibotirama	1.391,20	17,35
Igaporã	789	18,46
Iuiú	1.095,60	9,57
Jaborandi	10.029,20	1,02
Macaúbas	3.039,30	13,75
Malhada	1.965,70	7,94

Matina	773,40	13,20
Muquém de São Francisco	2.867,60	3,16
Palmas de Monte Alto	2.777,40	7,24
Paratinga	2.814,20	9,84
Pindaí	715,50	21,63
Riacho de Santana	2.698,70	10,58
Santa Maria da Vitória	1.890,90	21,82
Santana	1.999,40	12,07
São Félix do Coribe	846,10	13,91
Sebastião Laranjeiras	2.004,20	4,63
Serra do Ramalho	2.668,30	12,22
Serra Dourada	1.412,40	12,75
Sítio do Mato	1.709,80	6,87
Tabocas do Brejo Velho	1.583,60	7,97
Tanque Novo	825,90	19,05
Urandi	896,10	17,93

Fonte: [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br).

#### 6.4 DEFINIÇÃO DOS CURSOS

Na Introdução do presente capítulo foram feitas algumas considerações sobre as relações entre a educação superior e o mundo do trabalho, com base em estudos e pesquisas desenvolvidos nos últimos anos, que conduzem a algumas constatações que não podem ser desconsideradas no planejamento de novas instituições e na escolha e definição dos seus cursos. Recomenda-se, portanto, para os cursos a serem instalados na Região do Médio São Francisco:

- a) a adoção de **bacharelado** de três anos de duração, com terminalidade própria, constituído de uma parte de **Formação Geral**, incluindo,
  - uma língua estrangeira,
  - estudo da língua portuguesa como instrumento de comunicação,
    - conhecimentos instrumentais de aquisição e tratamento de informações (tecnologias e pesquisa),
    - conteúdos de cultura humanística, artística e científica abordados de forma interdisciplinar;

A outra parte, de **Formação Específica**, deverá ser composta de uma Grande Área do conhecimento (Ciências Humanas ou Ciências da Natureza) e de uma área de concentração escolhida num elenco de matérias pertinentes à Grande Área, como: Matemática, Física, Química, Biologia. Sugere-se também a inclusão de componentes curriculares integradores tais como: Trabalho Final de Graduação, Seminários Interdisciplinares e Atividades Complementares.

Recomenda-se a escolha do bacharelado, na área das ciências naturais, considerando a carência verificada, em âmbito nacional e local, de egressos de cursos superiores nas áreas científica e tecnológica, em paralelo a uma excessiva produção de concluintes no campo das letras e ciências humanas puras e aplicadas.

- b) após o bacharelado, poderão ser oferecidos, de forma complementar, cursos profissionais com duração de um a dois anos, bem como cursos de licenciatura nas áreas de concentração do bacharelado;
- c) recomenda-se, com muita ênfase, a oferta de vagas nos três turnos (caso haja demanda) ou a diversificação da oferta de educação superior sob a forma de cursos seqüenciais, de especialização e de extensão, de modo que a utilização do espaço físico e dos recursos humanos ocorra de forma plena, evitando-se os habituais tempos e espaços ociosos das instituições de ensino superior.

## 6.5 INSTALAÇÕES FÍSICAS

Em Bom Jesus da Lapa estão disponibilizados para sediar o *campus* os seguintes espaços:

- a) colégio São Vicente de Paulo - 25 salas de aula;
- b) colégio Frei Francisco da Soledade - 20 salas de aula;
- c) colégio São José - 20 salas de aula.

Contando ainda com uma área de 5.000 m<sup>2</sup> área construída, disponibilizada pela CODEVASF (Projeto Amanhã).

Em Santa Maria da Vitória a Prefeitura Municipal disponibilizará como instalação provisória do *campus* o prédio da Escola de Segundo Grau Joaquim da Rocha Medeiros, com 2.206 m<sup>2</sup> de área construída.

Em Guanambi foi disponibilizada a Escola Agrotécnica Federal.

## 6.6 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E DE GESTÃO

A UNIVASF adotou um modelo de organização e gestão acadêmica inovador, optando por uma estrutura enxuta e menos burocratizada, eliminando os Departamentos e reduzindo os habituais dois Conselhos Superiores a um único Conselho Universitário. A Unidade a ser implantada na Região do Médio São Francisco deverá seguir o modelo vigente nos demais *campi* da Universidade, e já descrito na seção 3.

## 6.7 ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS

As providências para a regularização do *campus* na Região do Médio São Francisco deverão ser tomadas pela UNIVASF, obedecendo à seguinte seqüência:

- a) elaboração do Projeto completo de implantação do novo *campus*, incluindo: projeto pedagógico dos cursos, previsão de instalações físicas, mobiliário, equipamentos, acervo bibliográfico, concursos para docentes e servidores, orçamento, cronograma de execução do Projeto;
- b) encaminhamento do Projeto ao Conselho Universitário para apreciação e aprovação;
- c) encaminhamento do Projeto ao Ministério da Educação, com base na Portaria Ministerial nº 1.466 de 12 de julho de 2001, que regulamenta a criação de cursos fora de sede;
- d) caso a UNIVASF ainda não tenha elaborado o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional - PPI, providenciar a elaboração de ambos os documentos, que são condição essencial para qualquer gestão junto ao MEC;
- e) um importante documento institucional que as universidades não podem prescindir é o Plano Institucional de Educação a Distância, a ser apresentado ao MEC/CNE para obtenção de autorização de oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber, planejar e implantar instituições de educação superior hoje não pode ser uma tarefa burocrática de repetição de modelos já instituídos e que se mostram cada vez mais ineficazes. Trata-se de uma tarefa que desafia a imaginação e requer uma abertura à mudança, que vem ocorrendo numa magnitude nunca vista anteriormente na história. Nesse contexto, as instituições de educação superior no século XXI, particularmente as universidades, continuarão a ser instituições fundamentais para a humanidade, na medida em que conseguirem se transformar e se mostrar capazes de responder aos desafios de sociedades em mutação permanente, erguidas sobre saberes cada vez mais complexos, envolvidas em movimentos simultâneos de globalidade e peculiaridades regionais, produzindo conhecimentos e formando indivíduos capazes de dar conta das tarefas de compreender e intervir nessa realidade complexa e cambiante.

O esgotamento do modelo profissional de graduação é, hoje, uma constatação inquestionável: os estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos, a precocidade na escolha das carreiras, os altos índices de evasão de alunos por desencanto com os estudos, o descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e

diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os desafios educativos da Sociedade do Conhecimento, são fatores que apontam na direção de um modelo de formação superior mais abrangente, mais flexível, mais integrador, enfim, mais sintonizado com o seu tempo.

Uma universidade se distingue de qualquer outro tipo de instituição de ensino superior por ser o **locus** privilegiado em que os participantes do processo educacional interagem proficuamente, desenvolvendo e adquirindo conhecimentos e habilidades com o objetivo de entender e agir sobre a realidade que os cerca. Este processo resulta não apenas na capacitação técnica dos alunos para desempenhar suas atividades no mundo do trabalho, mas deve proporcionar o desenvolvimento de uma visão global da realidade natural e humana. Agrega, assim, compreensão do mundo à sua volta e tolerância para com a diversidade, características essenciais de uma cidadania integrada e ativamente democrática.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, J. S. A distribuição da vegetação natural e antrópica na Região Nordeste. **Revista Bol. de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 15, n. 29-30, p. 337-347, 1985.
- BAHIA SEPLANTEC. CPE. **A Compatibilização dos usos do solo e a qualidade ambiental na região central da Bahia**. Salvador: [s.n.], 1981. (Séries Recursos Naturais, 5 ).
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.
- BRITO, I. M. História geológica das bacias sedimentares do NE do Brasil. **Ciências**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 463-474, set. 1976.
- CASTRO, C. Morfogênese e sedimentação: evolução do relevo do Nordeste e seus depósitos correlativos. **Not. Geomorfológica**, Campinas, v. 19, n. 37-38, p. 3-27, 1979.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. Mineração. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 5-9, jun. 1994.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Riscos de secas na Bahia**. Salvador: [s.n.], 1991.

CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA. Análise espacial da temperatura. In: \_\_\_\_\_. **Atlas Climatológico do Estado da Bahia**. Salvador: [s.n], 1976. ( Doc.1).

\_\_\_\_\_. Potencial agroclimático. In: \_\_\_\_\_. **Atlas Climatológico do Estado da Bahia**. . Salvador: [s.n.], 1977. (Doc.4).

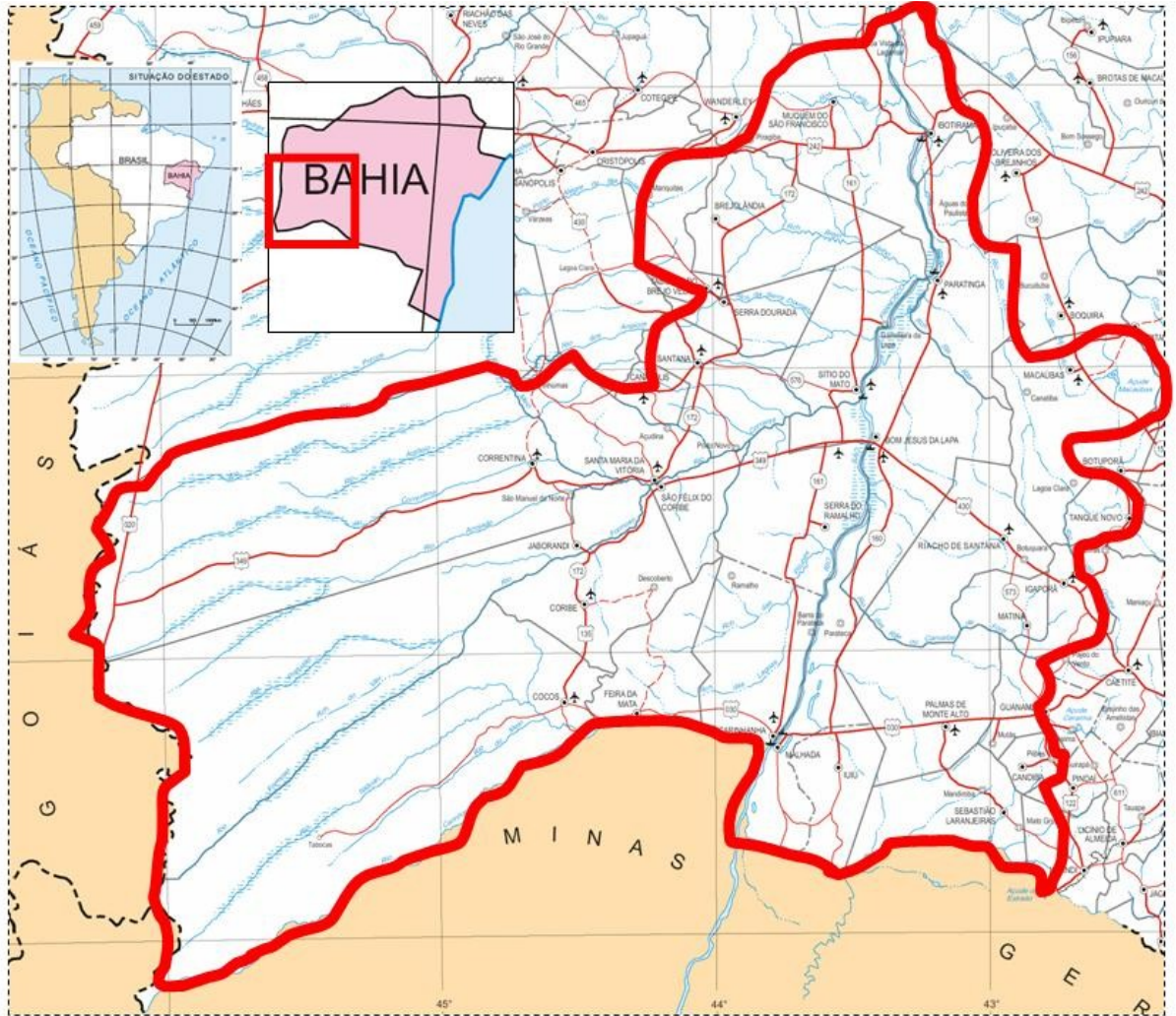
COOMBS, P.H. et al. **Fundamentos do planejamento educacional**. São Paulo: Cultrix, 1991.

IBGE. **Diagnóstico da qualidade ambiental da Bacia do Rio São Francisco**: sub-bacias do oeste baiano e Sobradinho. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994. 111 p. (Séries Estudos e Pesquisas em Geociências, 2 ).

MEC. INEP. **Sinopses estatísticas da educação superior**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em: 26 fev. 2007.

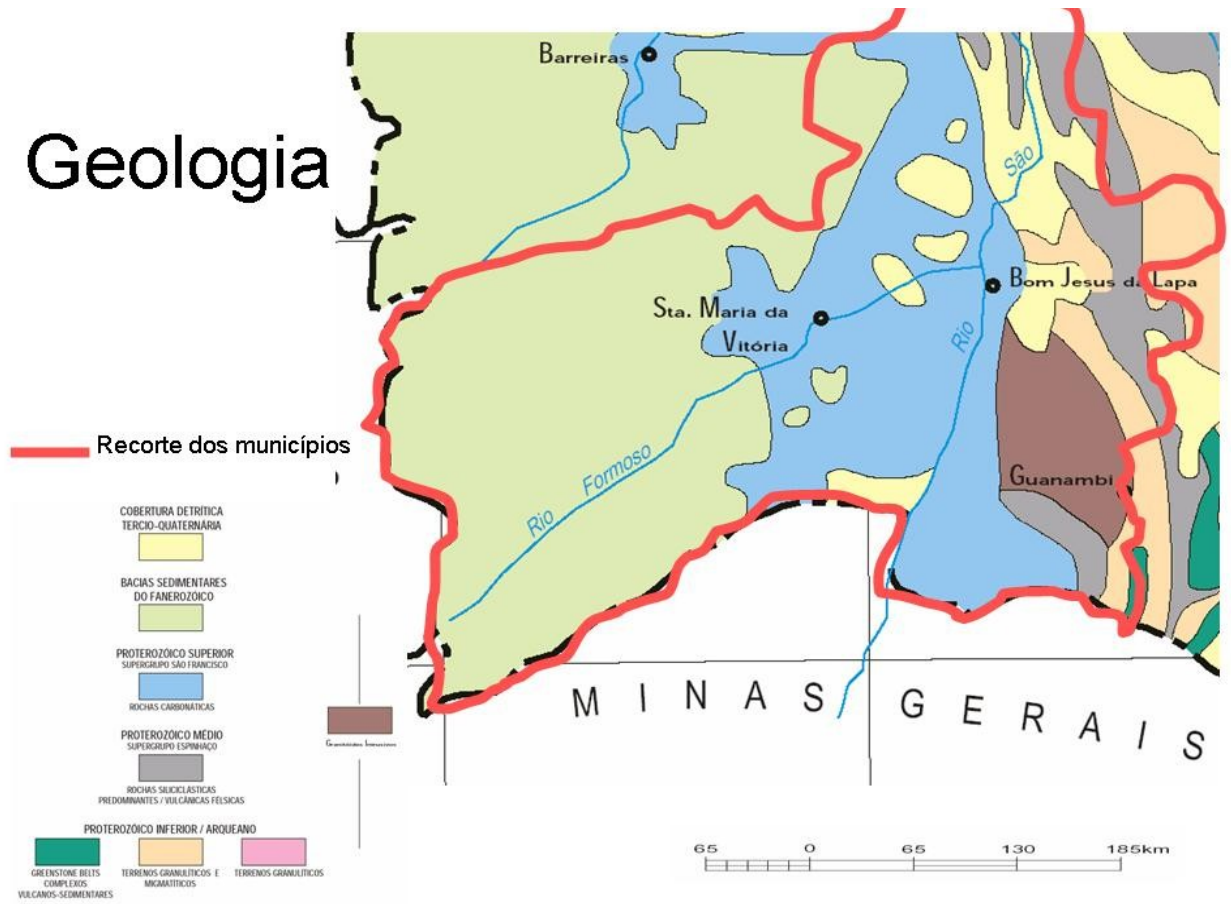
# ANEXOS

ANEXO A - Recorte dos Municípios



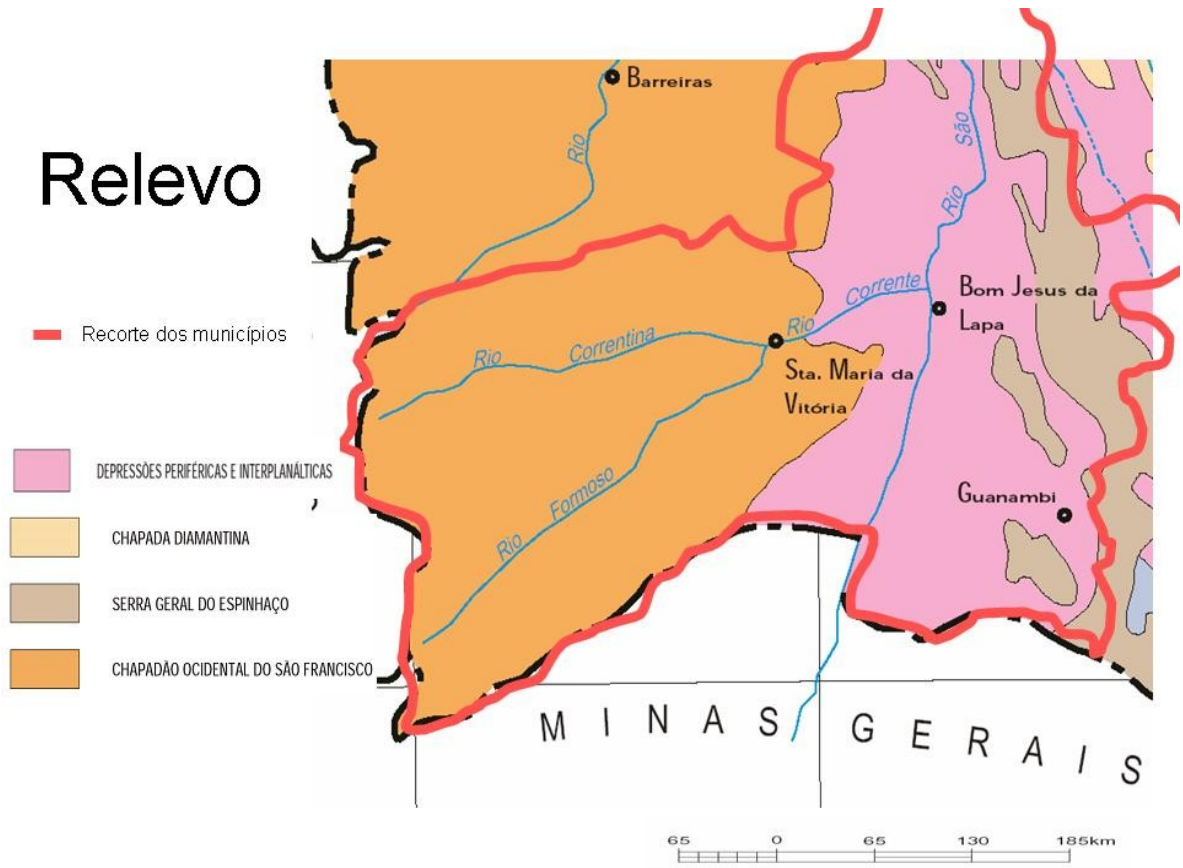
## ANEXO B - Esboço Geológico

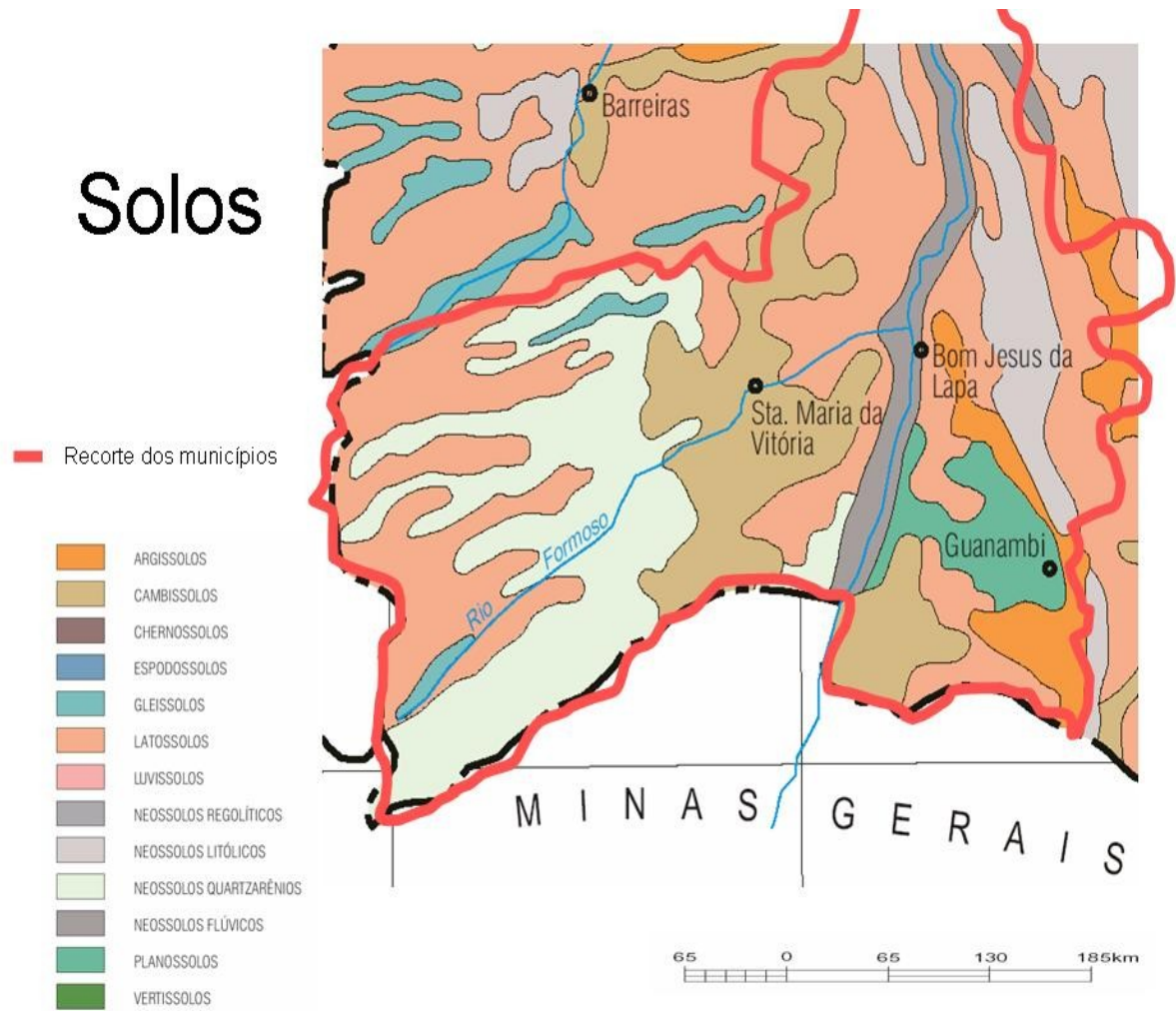
# Geologia

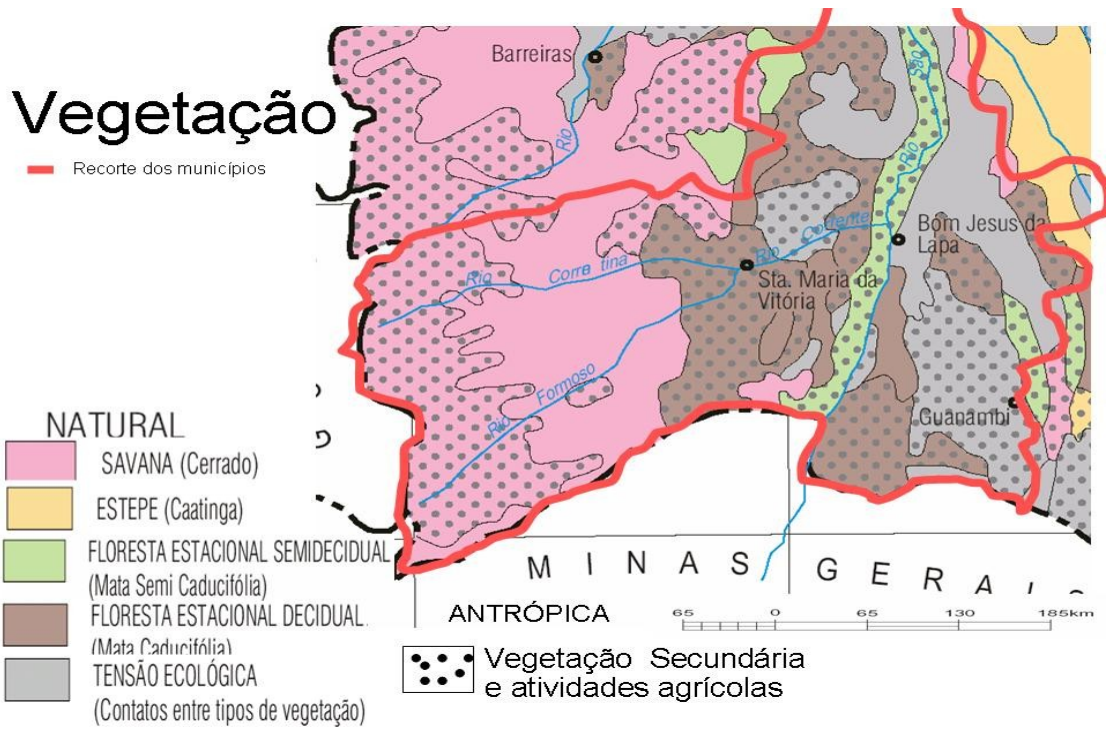


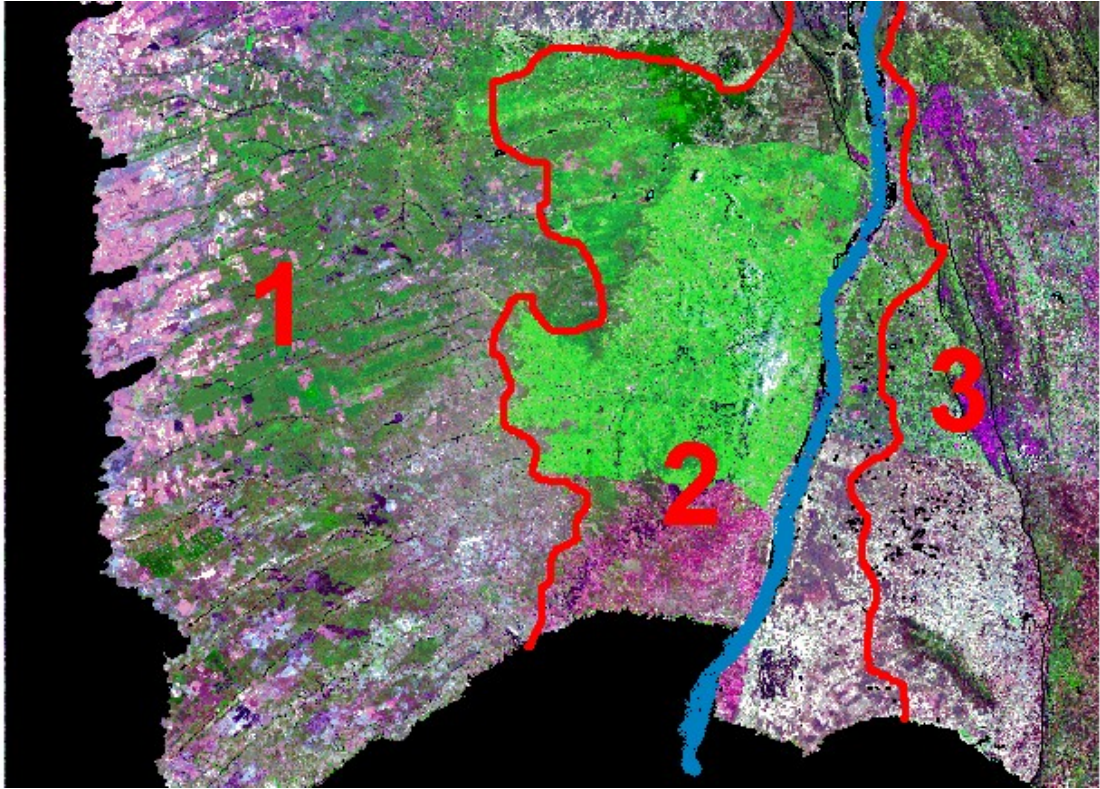
## ANEXO C - Esboço Geomorfológico

# Relevo









ANEXO G - Síntese dos Condicionantes

Município	*R.E	Geologia	Geomorfologia	Solos	Vegetação	Condicionantes climáticos			
						Alt. m	Temp. Média (°C)	Pluv. Média (mm)	Tipo climático
<b>Bom Jesus da Lapa</b>	B	Ardósias, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Calcários, Granitos, Sienitos e Depósitos Fluviais.	Depressão do São Francisco, Pediplano Sertanejo, Várzeas e Terraços Aluviais.	Neossolos Flúvicos, Latossolos, Argissolos e Neossolos litólicos	Contato caatinga-floresta estacional e Formações pioneiras com influência fluviomarinha.	436	24.9	830.5	SEMI-ÁRIDO
<b>Carinhanha</b>	B	Ardósias, Argilitos Calcários, Depósitos Fluviais e Folhelhos	Depressão do São Francisco, Várzeas e Terraços Aluviais.	Neossolos flúvicos	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Contato cerrado-floresta estacional.	440	24.6	813.9	SEMI-ÁRIDO
<b>Ibotirama</b>	B	Arenitos, Feldspáticos, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Depósitos Fluviais e Quartzitos	Pediplano Sertanejo, Serras Setentrionais do Planalto do Espinhaço, Várzeas e Terraços Aluviais.	Neossolos flúvicos e Latossolos.	Contato caatinga-floresta estacional e Contato cerrado-caatinga.	419	25.6	797.6	SEMI-ÁRIDO SUB-ÚMIDO A SECO
<b>Iuiú</b>	B	Argilitos, Calcários, Depósitos Fluviais, Depósitos Eluvionares e Coluvionares e Margas	Depressão do São Francisco e Várzeas e Terraços Aluviais.	Cambissolos, Latossolos	Floresta estacional decidual	500	24	-	SEMI-ÁRIDO
<b>Malhada</b>	B	Ardósias, Argilitos, Calcários, Depósitos Eluvionares e	Depressão do São Francisco e Várzeas e Terraços Aluviais.	Cambissolos, Neossolos flúvicos e	Contato cerrado-floresta estacional e	433	23.5	660.2	SEMI-ÁRIDO

		Coluvionares, e Depósitos Fluviais.		Planossolos.	Floresta estacional decidual.				
<b>Muquém do São Francisco</b>	B	Ardósias, Arenitos Feldspáticos, Argilitos, Calcários, Quartzitos e Depósitos Eluvionares e Coluvionares	Depressão do São Francisco, Serras Setentrionais do Planalto do Espinhaço e Várzeas e Terraços Aluviais.	Neossolos flúvicos e Latossolos.	Contato caatinga-floresta estacional Floresta estacional decidual.	560	25.7	-	SEMI-ÁRIDO SUBÚMIDO A SECO
<b>Paratinga</b>	B	Arenitos, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Depósitos Fluviais, Gnaisses	Pediaplano Sertanejo, Serras Setentrionais do Planalto do Espinhaço e Várzeas e Terraços Aluviais.	Neossolos flúvicos e Neossolos litólicos.	Contato caatinga-floresta estacional e Contato cerrado-caatinga-floresta estacional.	425	22.7	880.9	SEMI-ÁRIDO SUBÚMIDO A SECO
<b>Serra do Ramalho</b>	B	Ardósias, Argilitos, Calcários, Depósitos Fluviais, Folhelhos e Dolomitos	Depressão do São Francisco, Patamares do Chapadão, Várzeas e Terraços Aluviais,	Neossolos flúvicos, Latossolos e Cambissolos,	Floresta estacional decidual e Floresta estacional semidecidual.	438	24.9	-	SEMI-ÁRIDO SUBÚMIDO A SECO
<b>Sítio do Mato</b>	B	Ardósias, Argilitos Calcários, Siltitos	Depressão do São Francisco, Várzeas e Terraços Aluviais.	Neossolos flúvicos e Latossolos.	Contato caatinga-floresta estacional Floresta estacional decidual	428	25.3	835.3	SEMI-ÁRIDO
<b>Brejolândia</b>	B	Ardósias Depósitos Eluvionares, Coluvionares Calcários Folhelhos Dolomitos Arenitos Finos e Méd.	Chapadão Central Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão.	Cambissolos e Latossolos.	Contato caatinga-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	542	25	839.4	SEMI-ÁRIDO SUBÚMIDO A SECO
<b>Canápolis</b>	C	Ardósias, Arenitos Finos e Médios Argilitos, Calcários e Folhelhos	Chapadão Central Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão.	Cambissolos e Latossolos	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Floresta estacional semidecidual.	680	22.6	-	SUBÚMIDO A SECO – ÚMIDO

<b>Cocos</b>	A	Arenitos Finos e Médios, Gnaisses, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, e Depósitos Fluviais	Chapadão Central, Patamares do Chapadão, Várzeas e Terraços Aluviais	Cambissolos, Neossolos Quartzarênicos e Gleissolos.	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Parque com floresta-de-galeria.	559	22.6	957	SUB ÚMIDO A SECO-ÚMIDO
<b>Coribe</b>	A	Arenitos Finos e Médios, Calcários, Dolomitos e Gnaisses	Patamares do Chapadão.	Cambissolos e Latossolos	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Gramíneo-lenhosa com floresta-de-galeria.	657	22.9	713.9	SEMI-ÁRIDO SUBÚMIDO A SECO
<b>Correntina</b>	A	Ardósias, Arenitos Finos e Médios, Gnaisses e Calcários.	Chapadão Central, Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão.	Cambissolos, Neossolos quartzarênicos e Gleissolos.	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Parque sem floresta-de-galeria.	561	23.5	1085.4	SUB ÚMIDO A SECO ÚMIDO A SUBÚMIDO
<b>Jaborandi</b>	A	Arenitos Finos e Médios, Gnaisses e Calcários.	Chapadão Central, Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão.	Cambissolos.	Cerrado arbóreo sem floresta-de-galeria e Floresta estacional decidual.	448	23.6	-	SEMI-ÁRIDO ÚMIDO A SUBÚMIDO
<b>Santa Maria da Vitória</b>	A	Ardósias, Arenitos Finos e Médios, Calcários, Depósitos Eluvionares e Coluvionares e Margas.	Chapadão Central, Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão.	Cambissolos e Latossolos.	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Floresta estacional decidual.	436	25.4	1092.4	SUB ÚMIDO A SECO ÚMIDO
<b>Santana</b>	A	Ardósias, Arenitos Finos e Médios, Calcários e Folhelhos	Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão.	Latossolos e Cambissolos.	Contato caatinga-floresta estacional Floresta estacional decidual.	526	24.9	1013.9	ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>São Félix do Coribe</b>	A	Arenitos Finos e Médios, Calcários, Gnaisses e	Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão.	Cambissolos e Latossolos.	Floresta estacional decidual e Floresta estacional	434	24.5	1139	SEMI-ÁRIDO SUB-

		Dolomitos			semidecidual				ÚMIDO A SECO
<b>Serra Dourada</b>	A	Ardósias, Arenitos, Calcários, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Folhelhos	Chapadão Central, Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão	Latossolos e Cambissolos.	Floresta estacional decidual e Floresta estacional semidecidual.	500	25.1	759.8	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Tabocas do Brejo Velho</b>	A	Arenitos Finos e Médios, Argilitos, Calcários, Dolomitos, Arenitos, Arenitos Feldspáticos e Depósitos Eluvionares e Coluvionares.	Chapadão Central, Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão.	Latossolos e Cambissolos.	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Gramíneo-lenhosa com floresta-de-galeria.	532	24.9	881.4	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Feira da Mata</b>	B	Ardósias, Argilitos, Calcários, Depósitos Eluvionares e Coluvionares e Dolomitos.	Depressão do São Francisco e Várzeas e Terraços Aluviais.	Latossolos e Neossolos quartzarênicos.	Floresta estacional decidual.	450	24.6	-	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Caetité</b>	C	Anfibolitos, Gnaisses, Granitóides, Quartzitos, Rochas Básicas-Ultrabásicas, Depósitos Eluvionares e Coluvionares.	Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo e Superfícies dos Gerais do Planalto do Espinhaço.	Latossolos e Cambissolos	Contato cerrado-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	824	21.8	888.7	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Candiba</b>	C	Granitos, Rochas Básicas-Ultrabásicas e Sienitos	Pediplano Sertanejo e Patamares do Espinhaço	Latossolos.	Contato cerrado-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	578	29.9	909	SUB ÚMIDO A SECO – ÚMIDO
<b>Guanambi</b>	C	Anfibolitos, Gnaisses Granitos, Rochas Básicas-Ultrabásicas e Migmatitos	Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo e Superfícies dos Gerais do	Planossolos.	Contato caatinga-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	530	24.3	713	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A

			Planalto do Espinhaço.						SECO
<b>Igaporã</b>	C	Anfibolitos, Arenitos Feldspáticos, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Quartzitos e Gnaisses	Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo e Superfícies dos Gerais do Planalto do Espinhaço.	Neossolos Litólicos e Latossolos .	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Contato cerrado-floresta estacional.	765	21.9	693.8	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Matina</b>	C	Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Gnaisses e Migmatitos	Pediplano Sertanejo e Serras da Borda Ocidental da Chapada Diamantina	Planossolos, Cambissolos,	Contato caatinga-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	509	23.8	845.7	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Macaúbas</b>	D	Anfibolitos, Arenitos, Arenitos Feldspáticos, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Formação Ferrífera, Quartzitos, Mármore e Gnaisses	Pediplano Sertanejo, Serras Setentrionais do Planalto do Espinhaço e Superfícies dos Gerais do Planalto do Espinhaço.	Neossolos litólicos, Latossolos e Argissolos.	Contato cerrado-caatinga-floresta estacional e Contato cerrado-floresta estacional.	657	23.2	766.2	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Palmas de Monte Alto</b>	C	Ardósias, Arenitos, Argilitos, Calcários, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Rochas Básicas-Ultrabásicas e Granitos	Depressão do São Francisco, Pediplano Sertanejo e Serras Centrais do Planalto do Espinhaço.	Latossolos e Argissolos	Contato caatinga-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	802	22.9	740.7	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Pindaí</b>	C	Anfibolitos, Arenitos Feldspáticos Conglomerados, Brechas, Depósitos	Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo e Superfícies dos Gerais do	Argissolos, Neossolos Litólicos e Latossolos.	Contato cerrado-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	610	23.6	600.4	SUB ÚMIDO A SECO

		Eluvionares e Coluvionares, Gnaisses Rochas Básicas-Ultrabásicas e Metavulcânicas	Planalto do Espinhaço.						
<b>Riacho de Santana</b>	B	Arenitos Feldspáticos, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Gnaisses, Quartzitos.	Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo e Serras Setentrionais do Planalto do Espinhaço.	Neossolos Litólicos, Latossolos e Argissolos.	Contato caatinga-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	627	23.7	869.8	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Sebastião Laranjeiras</b>	C	Ardósias, Arenitos, Calcários, Depósitos Eluvionares e Coluvionares Dolomitos, Rochas Básicas-Ultrabásicas	Depressão do São Francisco, Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço e Serras Centrais do Planalto do Espinhaço.	Latossolos e Argissolos	Contato caatinga-floresta estacional e Floresta estacional decidual.	533	23.1	1012.7	SEMI-ÁRIDO SUB ÚMIDO A SECO
<b>Tanque Novo</b>	D	Arenitos, Arenitos, Feldspáticos, Argilitos e Quartzitos	Pediplano Sertanejo Superfícies dos Gerais do Planalto do Espinhaço	Latossolos e Argissolos	Caatinga arbórea aberta sem palmeiras e Contato cerrado-floresta Estacional.	835	22.2	847.7	SUB ÚMIDO A SECO
<b>Urandi</b>	C	Arenitos Feldspáticos, Gnaisses e Granitos.	Depressão do São Francisco, Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço e Superfícies dos Gerais do Planalto do Espinhaço.	Argissolos e Neossolos Litólicos.	Cerrado arbóreo aberto sem floresta-de-galeria e Parque sem floresta-de-galeria.	537	23.3	812	SUB ÚMIDO A SECO ÚMIDO

\*R.E= Região Econômica, sendo A - Região Oeste, B - Médio São Francisco, C - Serra Geral, D - Chapada Diamantina  
 AZUL= Região da Depressão do São Francisco <> PRETO= Patamares do Chapadão <> VERDE= Patamares do Espinhaço

## ANEXO G - Síntese Final

UNIDADE	MUNICÍPIOS (sub-espacialização)	QUADRO GEOAMBIENTAL
<b>Depressão do São Francisco</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Bom Jesus da Lapa</li> <li>*Carinhanha</li> <li>*Ibotirama</li> <li>*Iuiú</li> <li>*Malhada</li> <li>*Muquém do São Francisco</li> <li>*Paratinga</li> <li>*Serra do Ramalho</li> <li>*Sítio do Mato</li> </ul>	<p>Influência da proximidade do São Francisco, predominância de feições aplainadas e serras isoladas, várzeas e terraços de origem fluvial. Condições do clima variando de semi-árido a sub-úmido, amenizadas pela proximidade do São Francisco, com a caatinga e a floresta estacional decidual como vegetação predominante. Os solos característicos são os neossolos flúvicos nas margens do São Francisco, latossolos e manchas de argissolos, e neossolos litólicos associados a encostas. Existem áreas de irrigação importantes em Carinhanha, Iuiú, Serra do Ramalho, Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Sítio do Mato e Muquém do São Francisco.</p>
<b>Patamares do chapadão e Chapadão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Brejolândia</li> <li>*Canápolis</li> <li>*Cocos</li> <li>*Coribe</li> <li>*Correntina</li> <li>*Jaborandi</li> <li>*Santa Maria da Vitória</li> <li>*Santana</li> <li>*São Félix do Coribe</li> <li>*Serra Dourada</li> <li>*Tabocas do Brejo Velho</li> <li>*Feira da Mata</li> </ul>	<p>Esta área caracteriza-se pelo domínio morfológico dos Chapadões, com cotas superiores a 700m e dos patamares deste. Esta área é de imensa importância e é considerada a caixa d'água do São Francisco, pois é um importante aquífero: o Urucuia. As formações das veredas nesta área, desempenham importante papel na manutenção destes rios. Apresenta os maiores índices pluviométricos, influência direta das precipitações a oeste, mas com condição clima sub-úmido e seco e úmido. Esta área em sua maioria possui rios perenes como o Carinhanha, Formoso, Arrojado, Correntina, entre outros. Os solos predominantes são os cambissolos, que ocorrem com frequência nos patamares do chapadão, neossolos quartzarênicos no chapadão e latossolos.</p>
<b>Patamares do Espinhaço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Caetitê</li> <li>*Candiba</li> <li>*Guanambi</li> <li>*Igaporã</li> <li>*Matina</li> <li>*Macaúbas</li> <li>*Palmas do Monte Alto</li> <li>*Pindaí</li> <li>*Riacho de Santana</li> <li>*Sebastião Laranjeiras</li> <li>*Tanque Novo</li> <li>*Urandi</li> </ul>	<p>Mais próxima à zona das serras do Espinhaço e Geral, os municípios do contraforte das serras, como Sebastião Laranjeiras, Urandi e Candiba, entre outros, apresentam maiores precipitações que os restantes. O relevo com maiores variações mostra um mosaico de solos que inclui planossolos, argissolos, latossolos, cambissolos e neossolos litólicos. As drenagens desta área são em sua maioria intermitentes. A vegetação dominante é a caatinga com variações com baixa frequência de florestas estacionais deciduais e semideciduais. Área de intensa atividade carvoeira.</p>



